

**Nº21 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 18 de outubro
de 2018. -----**

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de quinze de outubro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. NUNO VAZ RIBEIRO.

O Presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Comemorações da Implantação da República - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da Cerimónia realizada, no pretérito dia 05 de outubro, a qual assinalou os 108 anos da implantação da República. -----

As comemorações, realizadas no Largo da Estação, iniciaram com o hastear da Bandeira Nacional, com Guarda de Honra composta, pelas três corporações de Bombeiros do Concelho, contando ainda com a presença do Agrupamento CXCVIII de Chaves do Corpo Nacional de Escutas e do Coro Infante-juvenil do Agrupamento de Escolas Júlio Martins. -----

As comemorações tiveram o seu início, no dia 04.10.2018, com uma palestra, intitulada "República 108 anos depois", apresentada pelo Coronel Dias Vieira. -----

b) Protocolo para a Valorização da EN2 - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da assinatura do protocolo para a valorização da EN2. -----

Tal iniciativa, contou com a presença do Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, da Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, e dos representantes do Turismo de Portugal, Carlos Abade e Nuno Fazenda. -----

O protocolo assinado assenta em três eixos estratégicos, a saber: Conteúdos temáticos, capacitação, em vista a qualificar a oferta turística dos diversos territórios, e sinalética, mediante a reposição e renovação urbanística de troços da EN2. -----

c) Associação Empresarial de Portugal - AEP - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento que, no pretérito dia 11.10.2018, a Associação Empresarial de Portugal lançou, em Chaves, um novo instrumento de suporte ao investimento na região norte. -----

Tal cerimónia, contando com a presença de empresários, potenciais investidores, agentes de desenvolvimento, autarcas e representantes

da AEP, da CIM do Alto Tâmega, teve como objetivo a apresentação da nova plataforma: N-invest. Investir com Norte. -----

d) 1º Encontro de Ciência Maria Alves Paiva - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que o 1º Encontro de Ciência Maria Alves Paiva, enquadrado no fórum de educação/inação, terá lugar, nos dias 09 e 10 de novembro do corrente ano, no Centro Cultural de Chaves. -- Trata-se de um evento organizado, pelo Município de Chaves, em parceria com a Universidade do Minho, o qual contará com a presença dos mais relevantes cientistas nacionais. -----

Tal encontro conta com o alto patrocínio do Presidente da República. Por último, o Presidente da Câmara deu, ainda, nota do Programa do Encontro, destacando as temáticas a abordar e respetivos oradores e convidando, todos os membros do Executivo, a aderir a esta iniciativa.

e) Gala do Desporto do Alto Tâmega - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, no pretérito dia 13.10.2018, teve lugar a V Gala de Desporto do Alto Tâmega, organizada, pela Sinal TV, Gala essa que premiou os melhores desportistas da época 2017/2018 e distinguiu e homenageou os agentes desportivos que, ao longo do ano e da sua carreira, levaram, além-fronteiras, o nome do nosso Concelho e da Região. -----

f) Notas de Congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara registou um voto de congratulação pelos feitos desportivos alcançados, lepa ilustre flaviense, Cláudia Diogo e sua parceira, Susana Dias, pela sua vitória no campeonato do Mundo de Veteranos de Pares de Padel, na categoria +35. -----

Tal voto de congratulação é, também, alargado ao ilustre flaviense, Nuno Pinto, pela motivação, dedicação e trabalho, em vista à sua participação desportiva, com o sucesso desejado, no respetivo campeonato de desporto motorizado. -----

II - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo começado por referir que, por motivos profissionais, terá de se ausentar, da presente reunião, a partir das 10:10 horas. -----

Sequencialmente, a Vereadora interveniente, reiterou o seu pedido de reprogramação das reuniões ordinárias deste Executivo, apelando ao humanismo, do Senhor Presidente da Câmara, no sentido de serem envidados todos os esforços, em vista à alteração do calendário das reuniões de Câmara, permitindo minorar o esforço, por si, desenvolvido e indissociável das recorrentes viagens que tem de realizar, entre Lisboa e Chaves - aproximadamente 1000Km -, garantindo, simultaneamente, a necessária compatibilização, entre as suas funções enquanto Deputada, com as suas funções autárquicas. -----

Terminou a sua intervenção, abordando a matéria relacionada com as recentes intempéries registadas, recentemente, no Concelho de Chaves, com todos os prejuízos daí emergentes para a produção agrícola e para os agricultores do Concelho. -----

Recentemente, questionou, o Ministro da Agricultura, sobre esta matéria, tendo o mesmo dado uma resposta pouco sensível e, exclusivamente, centrada no acionamento dos seguros, por parte dos agricultores do Concelho que foram atingidos com graves prejuízos. -- Este tipo de situações tem merecido resposta mais satisfatórias e com critérios diferenciados, em outras zonas do País, também vítimas de tais flagelos naturais. -----

Aqui, na nossa região, aparentemente, nada foi feito para proteger os nossos agricultores e a pequena agricultura familiar. -----
 Neste contexto, é sua convicção que o Executivo Municipal deveria envidar todos os esforços para, junto do Governo, defender os agricultores do Concelho de Chaves, perante tais catástrofes naturais, recentemente, registadas, as quais vieram a comprometer as respetivas produções agrícolas, devendo ser adotados, no País, critérios uniformes, em matéria de apoio a conceder, nestas situações, aos agricultores. -----

 Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 1 - A decisão relacionada com a marcação das reuniões ordinárias da Câmara Municipal, às quintas-feiras de cada mês, foi consensualizada, entre todos os Municípios do Alto Tâmega, em vista à sua adequada coordenação com o conjunto de interações que envolvem, quer a CIM do Alto Tâmega, quer os próprios Municípios que a constituem. -----
 2 - Tal decisão não tem nenhuma relação com o atendimento ao público.
 3 - Todavia, existe total abertura para ponderar outra solução, sobre a periodicidade das reuniões ordinárias desta Câmara, conjuntamente, com os outros Municípios do Alto Tâmega. -----
 4 - Tal situação irá ser, proximamente, suscitada, junto dos demais Municípios envolvidos, sendo certo que a decisão irá ser determinada, em função da posição que, maioritariamente, os mesmos irão assumir, sobre a eventual reprogramação das reuniões ordinárias da Câmara Municipal. -----
 5 - Relativamente às intempéries que, recentemente, assolaram o nosso Concelho e que atingiram a produção agrícola - Milho, hortícolas, entre outras -, tal análise foi feita, em tempo oportuno, quer pelo Município, quer pela Direção Regional competente. -----
 6 - À data, foi decidido que os apoios iriam ser concedidos às estruturas agrícolas e nunca às culturas agrícolas, sendo certo que estas últimas deveriam ser protegidas pelos respetivos seguros. -----
 7 - Recentemente, foi contactada, a Direção Regional de Agricultura, tendo, precisamente, em vista a ponderação, por parcelário, da percentagem das perdas de produção agrícola, no sentido de serem encontradas soluções de seguros de colheita mais vantajosas para os agricultores. -----
 8 - Por outro lado, o sector associativo da região, nesta área de intervenção, está bastante enfraquecido, situação que se reflete na capacidade de agregação associativa dos respetivos agricultores/produtores. -----
 9 - Estas catástrofes não são, porém, comparáveis com a recente tempestade denominada "Leslie". -----
 10 - Por último, a Autarquia tem solicitado, junto das freguesias, a inventariação dos prejuízos causados, e por parcelário, podendo ser ponderada, pela autarquia, a prestação de apoios destinados a minimizar, na medida do possível, os prejuízos causados, pelas intempéries, junto dos agricultores do Concelho, particularmente, na substituição de sementes. -----

 De seguida, usou da palavra, a Senhora Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo agradecido os esclarecimentos prestados, pelo Presidente da Câmara, reiterando, porém, a sua convicção de que a Autarquia deveria defender melhor a posição dos agricultores locais atingidos pelas intempéries. -----

Relativamente à reprogramação das reuniões ordinárias desta Câmara, sem prejuízo da devida articulação que deve existir, sobre a matéria, entre todos os Municípios do Alto Tâmega, reiterou o seu pedido de que as mesmas possam ter lugar, às segundas-feiras de cada mês, sendo o dia mais vantajoso, em vista a permitir contabilizar as suas funções, enquanto Deputada, com as suas funções autárquicas, nesta Câmara. --- Esta alteração constitui, sobretudo, uma questão humanista, permitindo o exercício do seu mandato autárquico, conciliando o mesmo, com o seu mandato enquanto Deputada, minorando o sacrifício inerente às suas deslocações regulares, a Chaves, implicando as mesmas a realização de quase 1000 Km, entre Lisboa e Chaves, situação que sai manifestamente agravada, durante o período de inverno. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou, novamente, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -----

1 - Não aceita a censura feita pela Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Manuela Tender, quanto à defesa dos interesses dos agricultores atingidos, pois mais importante do que "falar" é fazer e estar próximo dos afetados, disponível para encontrar soluções concretas e exequíveis. -----

2 - Quanto à questão da alteração do dia para a realização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal, queria deixar nota que o discurso não é coincidente com a prática, pois não se percebe que a Senhora Vereadora, estando em Chaves a participar nesta reunião de Câmara, tenha a intenção de se ausentar, deixando de participar na análise e discussão dos assuntos incluídos na respetiva ordem do dia, para participar presumivelmente em iniciativa pública do RI19, a realizar no Concelho de Vila Pouca de Aguiar. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 04 de outubro de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

Não participou na votação deste assunto, a Vereador do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, em virtude de não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM HABITAÇÃO; - INUNDAÇÃO/CONTADOR DE ÁGUA; - SÓNIA MARLENE EVANGELISTA RODRIGUES INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 195/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 6096/18, Sónia Marlene Evangelista Rodrigues, veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização no valor de €1600,00 (mil e seiscentos euros) pelos danos patrimoniais sofridos, na sequência de uma inundação na habitação da peticionária, sita na Avenida General Ribeiro de Carvalho, n.º 19, 2º andar, Chaves.
2. Na sequência da reunião ordinária do executivo municipal, realizada no 09 de agosto de 2018, veio a ser praticada, por tal órgão executivo, deliberação consubstanciada na intenção de indeferir o pedido formulado pela peticionária, com base nas razões invocadas na Informação/proposta n.º 146/DAF/2018, produzida por estes serviços no dia 25/07/2018. -----
3. Neste contexto, foi concedido à peticionária o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----
4. Decorrido o prazo supra mencionado, a requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----
5. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo.

II - Proposta -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

- a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pela requerente, com base nas razões expostas na Informação nº 146/DAF/2018, produzida por estes serviços, no dia 25 de julho de 2018; -----
 - b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----
 - c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz -----
- É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----
- À consideração superior. -----
- Chaves, 1 de outubro de 2018 -----
- O Técnico Superior Jurista -----
- (Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.10.01-----

Visto. Concorro com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.15 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM VIATURA AUTOMÓVEL;
- REQUERENTE: JOSÉ DANIEL FERREIRA SIMÕES, S.A. INF. 196/DAF/18. ----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes-----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 9402, datado do pretérito dia 17/09/2018, a empresa "José Daniel Ferreira Simões S.A, com sede no Lugar da Ramada, freguesia de Ribas, Concelho de Celorico de Basto, veio solicitar a assunção de responsabilidade civil, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos sofridos na sua viatura, no dia 21 de junho de 2018, na Rua das Heras, Chaves. -----

2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2018/08/09, a qual recaiu sobre a Informação nº 79/UFRO/2018, produzida pela Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, no dia 25 de julho de 2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. -----

3. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente veio apresentar, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 9402, datado do pretérito dia 17/09/2018, um conjunto de argumentos na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5. Na sequência dos argumentos apresentados pelo peticionário, a Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais produziu a Informação n.º 100/UFRO/2018, documento no qual conclui o seguinte, a saber: -----

"(...) Compulsados os elementos ora carreados para o processo, os mesmos não apresentam qualquer elemento novo justificador da alteração do sentido de decisão já adotada pelo executivo camarário traduzido na intenção de indeferimento de tal pretensão. -----

O aduzido, não é suscetível de justificar o acionamento de responsabilidade civil da autarquia, tudo nos termos da informação 79/UFRO/2018 de 2018/07/25, já produzida por estes serviços." -----

6. Assim, atendendo às conclusões, diga-se, inequívocas, da retromencionada unidade flexível, julgamos, salvo melhor opinião, que a intenção de indeferimento manifestada pela Câmara Municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 9/08/2018, e consubstanciada

no indeferimento do pedido formulado pela peticionária, deverá assumir, agora, caráter definitivo. -----

II - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

d) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pela requerente, com base nas razões expostas na Informação n.º 79/UFRO/2018 e 100/UFRO/2018, ambas produzidas pela Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais; -----

e) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 1 de outubro de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.10.01 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.15 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -.

- EXECUTADO: VANDO CARDOSO REIS - INF 201/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Vando Cardoso Reis, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 10040/18, datado do pretérito dia 01/10/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização de pagamento em 10 prestações de uma dívida referente a taxas municipais devidas pela ocupação de espaço na feira semanal do Município de Chaves, conforme documento que junta em anexo. -----

2. A dívida da requerente que se encontra, na presente data, em execução fiscal, ascende à quantia de 476.72€, desagregada da seguinte forma, a saber: -----

- 312,00€, referentes ao valor em dívida; -----
- 18,47€, referentes a juros de mora; -----

- 95,25€, referentes a custas processuais; -----
- 51,00€, referentes á taxa de justiça. -----

3. O requerente juntou, ainda, ao processo, declaração de IRS referente ao ano de 2017. -----

4. A declaração de rendimentos apresentada revela rendimentos baixos, justificadores da autorização do pagamento em prestações da dívida exequenda. -----

5. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre-me informar o seguinte:

II - Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no nº1, do art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no nº 5, do art. 196º do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a 102 euros**. -----

3. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº 8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo, contante do presente processo administrativo, a dívida exequenda ascende a 312,00€, à qual acrescem 18.47€, referentes a juros de mora, 95,25€, referentes a custas processuais associadas ao processo de execução fiscal e 51,00€, referentes a taxa de justiça devida. -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário não **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 10 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida exequenda, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

6. Contudo, é possível o pagamento faseado do montante em dívida em três prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de 104,00€ --

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada na autorização do pagamento do valor da dívida exequenda em três prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor unitário de 104,00€, não afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº 8, do artigo 196º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais e taxa de justiça; -----

d) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPTT, o **requerente está dispensado de prestar garantia;** -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local;-----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete da Vereadora responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Eng.ª Paula Chaves. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 04 de outubro de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.10.08-----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.10.09. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.10.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: ALFREDO JOSÉ DA COSTA CARVALHO. INF. 202/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Alfredo José da Costa Carvalho, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 12970/18, datado do pretérito dia 03/10/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização de pagamento em prestações de uma dívida referente a taxas municipais devidas pela ocupação de espaço na feira semanal do Município de Chaves, conforme documento que junta em anexo. -----

2. A dívida do requerente que se encontra, na presente data, em execução fiscal, ascende à quantia de 376.72€, desagregada da seguinte forma, a saber: -----

- 250,00€, referentes ao valor em dívida; -----
- 12,22€, referentes a juros de mora; -----
- 63,50€, referentes a custas processuais;-----
- 51,00€, referentes á taxa de justiça. -----

3. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre-me informar o seguinte:

II - Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art. 196.º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196.º do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a 102 euros**. -----

3. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo, contante do presente processo administrativo, a dívida exequenda ascende a 250,00€, acrescida de juros de mora, custas processuais associadas ao processo de execução fiscal e taxa de justiça devida.

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 2 prestações mensais, no valor unitário de 125,00€, em face do valor em dívida exequenda. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada na autorização do pagamento do valor da dívida exequenda em duas prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor unitário de 125,00€, não afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais e taxa de justiça; -----

d) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198.º, do CPTT, **o requerente está dispensado de prestar garantia**; -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete da Vereadora responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Eng.^a Paula Chaves. -----
 É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
 À consideração superior. -----
 Chaves, 04 de outubro de 2018. -----
 O Técnico Superior Jurista -----
 (Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.10.08-----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.10.09. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.10.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -.

-. EXECUTADO: ANTÓNIO FERREIRA DE CARVALHO. INF. 203/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por António Ferreira de Carvalho, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 12971/18, datado do pretérito dia 03/10/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização de pagamento em prestações de uma dívida referente a taxas municipais devidas pela ocupação de espaço na feira semanal do Município de Chaves, conforme documento que junta em anexo. -----

2. A dívida do requerente que se encontra, na presente data, em execução fiscal, ascende à quantia de 738.76€, desagregada da seguinte forma, a saber: -----

- 544,00€, referentes ao valor em dívida; -----
- 33,30€, referentes a juros de mora; -----
- 101,60€, referentes a custas processuais; -----
- 59,86€, referentes á taxa de justiça. -----

3. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre-me informar o seguinte:

II - Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser

inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196.º do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a 102 euros.** -----

3. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo, contante do presente processo administrativo, a dívida exequenda ascende a 544,00€, acrescida de juros de mora, custas processuais associadas ao processo de execução fiscal e taxa de justiça devida.

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 5 prestações mensais, no valor unitário de 108,80€, em face do valor em dívida exequenda. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada na autorização do pagamento do valor da dívida exequenda em cinco prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor unitário de 108,80€, não afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais e taxa de justiça; -----

d) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198.º, do CPPT, **o requerente está dispensado de prestar garantia;** -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete da Vereadora responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Eng.ª Paula Chaves. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 04 de outubro de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.10.08-----

Visto. Concorro com a presente informação, a qual dá inteiro

cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.10.09. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.10.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - EXECUTADO: JOÃO FRIÕES NOGUEIRA. INF. 208/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por João Friões Nogueira, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 13154/18, datado do pretérito dia 09/10/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização de pagamento em prestações de uma dívida referente a consumos de água, conforme documento que junta em anexo. -----

2. A dívida do requerente que se encontra, na presente data, em execução fiscal, ascende à quantia de 472.29€, desagregada da seguinte forma, a saber: -----
279,89€, referentes ao valor em dívida; -----

- 10,25€, referentes a juros de mora; -----
- 182,15€, referentes a custas processuais. -----

3. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre-me informar o seguinte: -----

II - Enquadramento Legal -----

7. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no nº1, do art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

8. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no nº 5, do art. 196º do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a 102 euros.** -----

9. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº 8, da retrocitada disposição legal. -----

10. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo, contante do presente processo administrativo, a dívida exequenda ascende a 279,89€, acrescida de juros de mora, custas processuais associadas ao processo de execução fiscal e taxa de justiça devida.

11. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 2 prestações mensais, em face do valor da dívida exequenda. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada na autorização do pagamento do valor da dívida exequenda em duas prestações mensais e sucessivas, no valor unitário de, respetivamente, 139,95€ e 139,94€, não afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais e taxa de justiça; -----

d) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPTT, o **requerente está dispensado de prestar garantia**; -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----
Chaves, 11 de outubro de 2018. -----
O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.12 -----
À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. AUXÍLIOS ECONÓMICOS - ANO LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO N.º 229/SE N.º 96/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----
 Através da Informação **DDSC N°190/SE N°77/2018**, presente na reunião de Câmara de 23 de Agosto de 2018, foram aprovados os valores para o **ano letivo 2018/2019**, em matéria de auxílios económicos, de acordo com a alínea hh), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei n°75/2013, de 12 de Setembro, em que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente atribuição de auxílios económicos. Os valores aprovados foram os seguintes: -----

VERBAS PARA AUXÍLIOS ECONÓMICOS - Material Escolar -----

Escalão	Capitação	1º e 2º anos	3º e 4º anos
A	Escalão 1 do Abono de família	25,00€	30,00€
B	Escalão 2 do Abono de família	12,50€	15,00€

VERBAS PARA AUXÍLIOS ECONÓMICOS - Alunos com NEE -----

Escalão	Capitação	1º e 2º anos	3º e 4º anos
A	Escalão 1 do Abono de família	60,00€	70,00€
B	Escalão 2 do Abono de família	30,00€	35,00€

Considerando que as referidas verbas são disponibilizadas aos Agrupamentos de Escolas, numa só prestação, mediante o número de escalões (**A** ou **B**) atribuídos aos alunos. -----

Assim, em consonância com o exposto e no sentido de se proceder ao pagamento das verbas referentes aos Auxílios Económicos, **ano letivo 2018/2019**, destinadas aos alunos que frequentam o 1º Ciclo, informa-se que as verbas a transferir diretamente para os Agrupamentos de Escolas, de acordo com os escalões atribuídos, são as seguintes -----

- Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins: **4.655.00€** -----
 - Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo: **4.777.50€** -----
 - Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães: **1.197.50€** -----

O valor previsto com este encargo é de **10.630,00€** (dez mil seiscentos e trinta euros). -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem, como, do respetivo compromisso, em cumprimento com o LCPA; -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 10 de outubro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Lídia Pinto -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

Visto. Concordo. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.10.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. RETIFICAÇÃO DO CIRCUITO ESPECIAL N° 19 DO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES. INFORMAÇÃO/DDSC N°221/SE N°91/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

O Plano de Transportes Escolares 2018/2019, prevê o circuito especial n°19, adjudicado por procedimento concursal (concurso público), ao

transportador Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Chaves, pelo preço de **0.32€/Km**, que envolve as seguintes localidades: -----

Lote nº.15 - Circuito nº19 -----

Adães - **Carregal** (Paragem) **Almorfe** - Cruzamento (Paragem) -----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 13,2km --

Adães - Santa Ovaia - **Escola EB23 de Vidago (08h:20/17h30)** -----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 86,4km --

Considerando que o Plano de Transportes Escolares do Município de Chaves, para o ano letivo 2018/2019, foi organizado e elaborado com base nas previsões de alunos, fornecidas nos termos da legislação em vigor; -----

Considerando que o Plano de Transportes não é um documento fechado uma vez que é necessário responder, no início de cada ano letivo, aos pedidos de alteração que surgem, em face das necessidades reais; ----

Considerando que, após o arranque do ano letivo, deu entrada nos serviços do setor de educação pedidos de transporte em circuito especial de alunos da Dorna, Santa Ovaia, Vale do Gado, Carregal e Fernandinho, do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico, e alunos do secundário de Dorna e Santa Ovaia, que não constavam das previsões do Agrupamento de Escolas; -----

Considerando que, o transporte dos alunos da Dorna e Santa Ovaia para a Paragem do Carregal, implica um acréscimo de 25,1 km; -----

Considerando que o transporte dos alunos do Carregal, Vale do Galo, Dorna e Fernandinho para a Escola EB2,3 de Vidago, implica um acréscimo de mais 2,6 km; -----

Considerando que o encargo com este acréscimo de quilómetros, 27,7 km no total, é no valor de **1.595,52€** (180 dias x 27,7km/dia x 0.32€/km), IVA não incluído; -----

Assim, e nos termos do nº 16* do Caderno de Encargos, que refere que as partes contratantes se obrigam a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efetivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar, propõe-se a V. Exa, no que respeita ao Transportador **Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Chaves**, o seguinte: -----

- A retificação do circuito especial nº19 pagando-se ao referido transportador o acréscimo de quilómetros no valor de **1.595,52€** (mil, quinhentos e noventa e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos), IVA não incluído, e corresponde a **65 dias referente ao 1º período do ano 2018 (576,16€) e 115 dias referente ao 2º e 3º período, do ano 2019 (1.019,36€)**. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

1) Que seja reconhecido os pressupostos acima enunciados e que seja autorizado previamente a excecionalidade do ponto 3, artigo 61º, da Lei nº114/2017 de 29 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado, uma vez que está em causa o serviço de transporte de crianças, do plano de transportes para 2018/2019; -----

2) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem como, do respetivo compromisso, em cumprimento com a LCPA; -----

3) Estas alterações deverão ser acompanhadas da minuta de contrato adicional; -----

4) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação, órgão competente para autorizar esta despesa. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 04 de outubro de 2018 -----
 A Técnica Superior -----
 Dra. Zuleika Rodrigues -----
 * 16. ALTERAÇÃO DOS CIRCUITOS -----
 1. As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efetivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----
 2. Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao contrato inicial. -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----
 Visto. Concordo. À consideração superior. -----
DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.10.12. -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. RETIFICAÇÃO DO CIRCUITO ESPECIAL Nº 22 DO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES. INFORMAÇÃO/DDSC Nº233/SE Nº97/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----
 O Plano de Transportes Escolares 2018/2019, prevê o circuito especial nº22, adjudicado por ajuste direto, ao transportador Manuel Joaquim dos Santos Gonçalves, pelo preço de **0.65€/Km**, que envolve as seguintes **Circuito nº22 Casas de Monforte - Paradela - Escola Básica de Mairos (9h00/17h30)** -----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 37.6 km - Paradela- **Jardim de Infância de Mairos (9h00/17h30)** -----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 22 km ---
 Considerando que o Plano de Transportes Escolares do Município de Chaves, para o ano letivo 2018/2019, foi organizado e elaborado com base nas previsões de alunos, fornecidas nos termos da legislação em vigor; -----

Considerando que o Plano de Transportes não é um documento fechado uma vez que é necessário responder, no início de cada ano letivo, aos pedidos de alteração que surgem, em face das necessidades reais; ----
 Considerando que, após o arranque do ano letivo, foram matriculadas mais 3 crianças no Jardim de Infância de Mairos, provenientes de Paradela e de Casas de Monforte, e que estavam previstas apenas o transporte para 11 crianças, com mais duas crianças de Casas de Monforte e uma de Paradela, o Município terá de transportar 14 crianças; -----

Considerando que, o transporte dos alunos referidos implica um desdobramento do circuito para Paradela, uma vez que a viatura utilizada é de 9 lugares e apenas permite o transporte de 6 crianças de cada vez, ter-se-á de fazer um acréscimo ao número total de quilómetros a realizar de mais 22 km diariamente; -----

Considerando que o encargo com este acréscimo de quilómetros, 22 km no total, é no valor de **2.574€** (180 dias x 22km/dia x 0.65€/km), IVA não incluído; -----

Assim, e nos termos do nº 14* do Caderno de Encargos, que refere que as partes contratantes se obrigam a proceder à alteração das distâncias

fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efetivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar, propõe-se a V. Exa, no que respeita ao transportador **Manuel Joaquim dos Santos Gonçalves**, o seguinte: -----

- A retificação do **circuito especial nº22** pagando-se ao referido transportador o acréscimo de quilómetros no valor de **2.574€** (dois mil, quinhentos e setenta e quatro euros), IVA não incluído, e corresponde **a 65 dias referente ao 1º período do ano 2018 (929,50€) e 115 dias referente ao 2º e 3º período, do ano 2019 (1.644,50€)**. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

1) Que seja reconhecido os pressupostos acima enunciados e que seja autorizado previamente a excecionalidade do ponto 3, artigo 61º, da Lei nº114/2017 de 29 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado, uma vez que está em causa o serviço de transporte de crianças, do plano de transportes para 2018/2019; -----

2) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem como, do respetivo compromisso, em cumprimento com a LCPA; -----

3) Estas alterações deverão ser acompanhadas da minuta de contrato adicional; -----

4) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação, órgão competente para autorizar esta despesa. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 12 de outubro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Zuleika Rodrigues -----

*** 14. ALTERAÇÃO DOS CIRCUITOS** -----

1. As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efetivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar. -----

2. Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao contrato inicial. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.15-----

Visto. Concordo. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.10.15. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PROGRAMA ECO-ESCOLAS 2018/2019. INFORMAÇÃO DDSC Nº234/SE Nº98/2018. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO -----

O programa Eco-Escolas é um programa internacional da "Foundation for Environmental Education", desenvolvido em Portugal desde 1996 pela ABAE. Pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade

desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade.-----

O programa é coordenado a nível internacional, nacional, regional e de escola. Esta coordenação multinível permite a confluência para objetivos, metodologias e critérios comuns que respeitam a especificidade de cada escola relativamente aos seus alunos e características do meio envolvente. -----

Para além do apoio das pessoas e Instituições da Comissão Nacional, o Eco-Escolas conta ainda com a parceria de vários municípios e apoios específicos de mecenas para algumas das suas atividades. Fornece ainda metodologia, formações, materiais pedagógicos, apoios e enquadramento ao trabalho desenvolvido pela escola. -----

Depois de inscritas as escolas da rede recebem um conjunto de informações e orientações facilitadoras da implementação do Programa. A coordenação organiza atividades de formação, como o Seminário Nacional e de divulgação como o Dia Bandeiras Verdes, entre outras. O/A professor(a) coordenador(a) em cada estabelecimento de ensino, é o ponto focal do Eco-Escolas no terreno, sendo da sua responsabilidade a reunião de condições, meios e estratégias para levar a bom termo a implementação da metodologia proposta. -----

Fonte site <https://ecoescolas.abae.pt/> -----

Neste contexto, o Agrupamento de escolas Dr. Júlio Martins, através da escola sede, procedeu à inscrição no referido programa, para implementação do mesmo no presente ano letivo. -----

II - FUNDAMENTAÇÃO -----

Para o desenvolvimento do programa os municípios são parceiros fundamentais. A parceria é estabelecida entre a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e o município. Esta é assente num conjunto de direitos e deveres que podem ser reajustados, em cada caso, segundo proposta do município. Os principais são: -----

DIREITOS DOS MUNICÍPIOS PARCEIROS: -----

- Acesso com login à plataforma Eco-Escolas para consulta de toda a documentação das suas escolas; -----
- Chancela nos certificados e na página Pública de cada Eco-Escola --
- Certificado com todas as Eco-Escolas do concelho -----
- Mini-bandeira -----
- Formação e informação privilegiadas. -----

DEVERES DOS MUNICÍPIOS PARCEIROS: -----

- Participar, na medida do possível, na implementação do plano de ação e reuniões do Conselho Eco-Escolas nas suas escolas -----
- Apoiar a inscrição no valor de 70 € e a atribuição da Bandeira Verde da escola no Programa. -----

III - PROPOSTA -----

Assim, face ao exposto, propõem-se: -----

- Que seja estabelecida a parceria entre o município de Chaves e a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), para o desenvolvimento do Programa Eco-Escolas, através do preenchimento da declaração de compromisso dos Municípios, que se anexa à presente proposta; -----
 - Que seja efetuado o pagamento da inscrição no valor de 70 €, à Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE); -----
 - Que seja assinada a declaração de compromisso pelo Sr. Presidente, Dr. Nuno Vaz, como responsável pelo município. -----
- À consideração de superior, -----
- A Técnica Superior, -----
- (Tânia Oliveira) -----

OBS: Declaração em anexo -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. Sugere-se o agendamento da presente informação para uma próxima reunião da Câmara Municipal para conhecimento. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.10 -----

Autorizo. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

5. PROGRAMA DE APOIO À RENDA - PRORROGAÇÃO. PROCESSO N.º15 /2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º200/SHSDPC/N.º90/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.10-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR. MARCELO DELGADO DE 2018.10.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.10.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. AQUISIÇÃO DE GASÓLEO PARA AQUECIMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS - DE - INFÂNCIA DO CONCELHO DE CHAVES - ANO DE 2018/2019. CONSULTA PRÉVIA N.º23/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Tornando-se necessário proceder à aquisição do bem identificado em epígrafe, de acordo com a Informação DDSC N.º224/SE N.º93 - 2018, que se anexa, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

1. Escolha do tipo de procedimento -----

- Considerando que o preço base do presente procedimento é de 23.000,00 (vinte e três mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; --
- Considerando que, o cálculo para a fixação do preço base foi feito com base nos preços de anteriores aquisições, de acordo com o e-mail, de 09/10/2018, remetido pela Dra. Tânia Oliveira, por incumbência do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, Eng.º Carlos França; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), podemos lançar mão do procedimento "Consulta Prévia" como procedimento para a celebração de contratos de valor inferior a 75.000,00 (setenta e cinco mil euros);

Assim, em cumprimento do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho, e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização para aplicação do procedimento "Consulta Prévia", previsto na alínea c) do nº1 do artigo 20º do CCP, para adjudicação da prestação de serviços identificada em epígrafe. -----

2. Aprovação do processo de procedimento -----

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea b) do nº1 do artigo 40º e nos artigos 42º, 113º e 115º do Código dos Contratos Públicos, acompanham a presente proposta o caderno de encargos e o ofício convite para apresentação de propostas, junto do mercado, a remeter às seguintes entidades, ou a outras que sejam indicadas a nível superior, pelo órgão competente para autorizar a competente despesa pública: -----

- Galp - Fernando M. Portugal Sociedade Unipessoal, Lda.; -----
- Gaspe; -----
- Petro Bolideira; -----
- Petro France; -----
- Petro Vilarandelo. -----

3. Caução -----

No presente procedimento não será exigida a prestação de caução, nos termos do disposto na alínea a) do nº2 do artigo 88º do CCP. -----

4. Designação do júri -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº1 do artigo 67º do CCP, com exceção do ajuste direto e dos casos previstos no nº3 do citado artigo, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar; -----

Assim, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição: -----

- Membros efetivos: -----
 - Presidente: Dr.º Marcelo Delgado, Diretor do Departamento de Coordenação Geral; -----
 - 1º Membro Efetivo: Eng.º Carlos França, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural; -----
 - 2º Membro Efetivo: Dra. Lídia Pinto, Técnica Superior. -----
- O primeiro membro efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----
- Membros suplentes: -----
 - 1º Membro Suplente: Dra. Zuleika Alves, Técnica Superior; -----
 - 2º Membro Suplente: Dra. Tânia Oliveira, Técnica Superior. -----

5. Delegação de competências -----

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º do CCP, sugere-se que as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no júri, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código. -----

6. Compromissos plurianuais -----

Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e ulteriores alterações, e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a assembleia municipal, em sua sessão ordinária, no dia 27 de junho de 2018, aprovou o conteúdo constante da Informação Nº33/GAP/2018, delegando competências no Presidente da Câmara para autorizar a assunção de compromissos plurianuais nas situações em que o valor de tal compromisso seja inferior ao montante a que se refere a alínea b), do nº1, do artigo 22.º DL nº197/99, de 8 de junho. -----

7. Cabimento orçamental -----

O contrato de aquisição do bem em causa, tem cabimento orçamental na rubrica 02010202, conforme informação de cabimento em anexo. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 12 de outubro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Fátima Flambot) -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.12 -----

Autorizo. À Câmara Municipal para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

7. RELATÓRIO E AVALIAÇÃO N2 CHAVES. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 236 - DDSC. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

ENQUADRAMENTO -----

Para a época estival de 2018, foi intenção da autarquia lançar as bases de um festival musical de verão dotando a cidade e a região de um evento de caráter e espírito universal, alicerçado em músicas do mundo para todas as idades e gerações. E assim nasceu o Festival "N2" Chaves.-----

O Festival N2 Chaves deu continuidade ao Festival Identidades realizado no ano transato, apesar da sua realização envolver um novo formato e um conceito mais ao espírito festivo, nomeadamente com a possibilidade oferecida a quem assim o pretendesse de fazer campismo gratuito. -----

O festival decorreu entre os dias 9 a 12 de agosto no Jardim Público de Chaves e contou com um cartaz ao gosto de todos os públicos que o frequentaram. Se por um lado Capitão Fausto ou Frankie Chavez fizeram as delícias e cativaram as gerações mais adultas, Bezegol, Valas e Pas de Problème prenderam os mais jovens até ao final das suas atuações. Mas o festival teve também outras vertentes importantes e decisivas para o seu sucesso, dentre elas são de destacar o camping gratuito e a nova zona de court food (zona de alimentação), muito própria e na vanguarda deste tipo de eventos. -----

Deste e de outros fatores do pós-festival se deu nota num relatório realizado e elaborado pela equipa de missão que planeou, executou e coordenou este evento. -----

DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, e, porque a edição de 2018, já findou, importa levar ao conhecimento do executivo municipal na próxima reunião de câmara o Relatório e Avaliação Final do Festival N2 Chaves. -----

À consideração Superior. -----

Chaves 15 de outubro de 2018 -----

Jorge MP Leite -----

Paula Veloso -----

José Ribeiro -----

Pedro Monteiro -----

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO,

DATADO DE 2018.10.15. -----

À reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre o relatório, em apreciação, apresentado os seguintes comentários adicionais: -----

- 1 - O festival foi desenvolvido com um custo abaixo do estimado. ----
- 2 - Foram incorporadas algumas receitas que permitiram controlar o impacto da despesa realizada com a organização do Festival. -----
- 3 - Pela 1ª vez, foi possível obter uma noção do número de participantes e festivaleiros. -----
- 4 - O Relatório aponta algumas sugestões pertinentes, em vista ao melhoramento da organização do festival. -----
- 5 - Existe, agora, uma noção mais exata quanto ao modelo de organização perfilhado, sendo expectável que o Festival possa crescer, em futuras edições, em número de participantes. -----
- 6 - Em traços gerais, os participantes do Festival - Festivaleiros e Público, em geral - manifestaram a sua satisfação, sobre as condições de organização do mesmo. -----

De seguida, usou da palavra, a Senhora Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo tecido os seguintes comentários: -----

- 1 - Deve ser reconhecida a importância e mérito à elaboração deste tipo de relatórios. -----
- 2 - É, também, boa a ambição de alargar o público-alvo do Festival, numa perspetiva intergeracional que permita dar maior expressão ao próprio festival. -----
- 3 - Já quanto ao Relatório que irá, também, ser apreciado, nesta reunião, relacionado com o funcionamento do "MACNA", tal matéria irá implicar o acolhimento de algumas recomendações, as quais irão determinar uma melhor ponderação quanto as condições de funcionamento do próprio museu. -----

Ausentou-se da sala, a Senhora Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, quando eram 10:10 horas, não tendo participado na análise, discussão e votação dos assuntos abaixo mencionados. -----

Regista-se a entrada do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, iniciando a sua participação na reunião quando eram 10:10 horas. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E PASTORES DO NORTE. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 88/DSC/2018.-
 Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
DA EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS -----

Através do documento registado na Secção de Expediente Geral desta Câmara Municipal no dia 2 de outubro de 2018, sob o n.º 10156, a Associação dos Agricultores e Pastores do Norte (APT), vem solicitar um apoio financeiro, no valor de 5000,00€ (cinco mil euros), visando a realização do 3.º Concurso Concelhio de Ovinos de Raça Churra Galega Bragançana, a ter lugar na Feira dos Santos - 2018, bem como o "Dia do Pastor", a realizar em junho de 2019. -----

A Associação dos Agricultores e Pastores do Norte tem como objeto social a promoção, formação e prestação de serviços aos produtores/criadores do concelho de Chaves, dinamizando todo o sistema integrado de criação de ovinos e caprinos. -----

A dinamização deste tipo de ações estimula a produção e melhoramento dos animais da raça Churra Galega Bragançana, contribuindo para a valorização e aproveitamento dos recursos forrageiros, bem como a obtenção de carne de elevada qualidade. Os sistemas de produção animal tradicionais vão de encontro ao que o consumidor mais valoriza, ou seja alimentos seguros, de qualidade e ambientalmente sustentáveis. - A produção de ovinos desta raça permite assim, alavancar atividades económicas viáveis, contribuindo para a manutenção da presença humana em áreas rurais com baixa densidade populacional, preservação das tradições e enriquecimento da cultura gastronómica na região. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

No uso das competências determinadas pelo disposto na alínea o), do número 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra. -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

Em 2017 foi concedido um apoio financeiro à APT, no valor de 3525,00€ (três mil, quinhentos e vinte e cinco euros), para pagamento de prémios, no âmbito da realização do 2.º Concurso Concelhio de Ovinos de Raça Churra Galega Bragançana, bem como para o apoio logístico inerente a esta ação. -----

Todavia, no caso concreto da 1.ª edição do evento "Dia do Pastor", o Município apenas colaborou com a organização, através de apoio técnico logístico, conforme compromisso assumido pela Senhora Vereadora Eng.ª Paula Chaves, em reunião com a direção desta associação. -----

Face ao exposto, o pedido de atribuição de apoio financeiro à realização do 3.º Concurso Concelhio de Ovinos de Raça Churra Galega Bragança, a decorrer na feira dos Santos 2018, poderá ser acolhido, mantendo o valor do apoio concedido no ano transato, 3525,00€ (três mil quinhentos e vinte e cinco euros), ficando a decisão sobre o apoio ao "Dia do Pastor" condicionada à apresentação de uma proposta de atividade autónoma. -----

DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que a presente proposta seja encaminhada para a Divisão de Gestão Financeira (DGF), para atribuição do cabimento da despesa, inscrita na rubrica 04.07.01.99 do Orçamento Municipal, aprovado para 2018, em cumprimento com o Lei dos compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA); -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado manifestar a intenção de deferir o pedido de apoio financeiro, no montante de

3.525,00€ (três mil quinhentos e vinte e cinco euros), com vista a apoiar a organização da 3.ª edição do Concurso Concelhio de Ovinos de Raça Churra Galega Bragançana, a decorrer no âmbito da Feira dos Santos; -----

Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----

Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal; -----

Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta à Divisão de Gestão Financeira, para ulterior operacionalização. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 8 de outubro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Cristiana Morais) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 09/10/2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que aprove a estratégia procedimental preconizada na mesma. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 12/10/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.12 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CLUBE DE PRODUTORES DE BÍSAROS DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 92/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

DA EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS -----

Através do documento registado na Secção de Expediente Geral desta Câmara Municipal no dia 2 de outubro de 2018, sob o n.º 10156, o Clube de Produtores de Bísaros de Chaves, vem solicitar um apoio financeiro, no valor de 2500,00€ (dois mil e quinhentos euros), visando a realização do V Concurso Concelhio de Suínos de Raça Bísara, a ter lugar na Feira dos Santos - 2018. -----

O Clube de Produtores de Bísaros de Chaves (CPBC) tem como objeto social a promoção, formação e prestação de serviços aos produtores/criadores do concelho de Chaves, dinamizando todo o sistema integrado de criação de suínos de raça Bísara. -----

A dinamização deste tipo de ações estimula a conservação desta raça e contribui para a dinamização do meio rural, diversificação da paisagem rural, riqueza nutricional dos seus produtos, preservação das tradições e enriquecimento da cultura gastronómica na região e país.

A produção de suínos desta raça é ainda considerada fundamental em termos estratégicos, uma vez que serve de alavanca impulsionadora de

uma gastronomia que se quer de qualidade, com produtos reconhecidos e apreciados, de que são exemplo os enchidos da região. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

No uso das competências determinadas pelo disposto na alínea o), do número 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra. -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

Em 2017 foi concedido um apoio financeiro ao CPBC, no valor de 2500,00€ (dois mil, quinhentos euros), para pagamento de prémios, no âmbito da realização do 4.º Concurso Concelhio de Suínos de Raça Bísara, bem como para o apoio logístico inerente a esta ação. -----

Face ao exposto, o pedido de atribuição de apoio financeiro à realização do 5.º Concurso Concelhio de Suínos de Raça Bísara, a decorrer na feira dos Santos 2018, poderá ser acolhido, mantendo o valor do apoio concedido no ano transato, 2500,00€ (dois mil quinhentos euros). -----

DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que a presente proposta seja encaminhada para a Divisão de Gestão Financeira (DGF), para atribuição do cabimento da despesa, inscrita na rubrica 04.07.01.99 do Orçamento Municipal, aprovado para 2018, em cumprimento com o Lei dos compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA); -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado manifestar a intenção de deferir o pedido de apoio financeiro, no montante de 2500,00€ (dois mil quinhentos euros), com vista a apoiar a organização da 5.ª edição do Concurso Concelhio de Suínos de Raça Bísara a decorrer no âmbito da Feira dos Santos; -----

Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----

Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal; -----

Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta à Divisão de Gestão Financeira, para ulterior operacionalização. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 9 de outubro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Cristiana Morais) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 09/10/2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que aprove a estratégia procedimental preconizada na mesma. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERA, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 12/10/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.12 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DESPORTIVAS. PROPOSTA Nº 70/GAP/18-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

As associações que abaixo se identificam, ambas de caráter desportivo, vieram solicitar apoio financeiro, visando a concretização das ações descritas nos documentos em anexo;-----

- **SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CHAVES**, Número de Identificação Pessoa Coletiva 502 154 152, sediada na Rua da Fonte Nova, em Chaves;-----

- **ASSOCIAÇÃO ESCOLA DE FUTSAL "OS VESPASIANOS"**, Número de Identificação Pessoa Coletiva 513 864 156, sediada na Rua Xavier Teixeira - Casa Verde, Nº 1, em Chaves; -----

- **CLUBE FLAVIENSE DE CAÇA E PESCA DESPORTIVA**, Número de Identificação de Pessoa Coletiva 501 888 098, com sede no Lugar do Cando, Vale de anta, apartado 208, em Chaves;-----

Considerando que os apoios financeiros solicitados têm em vista a concretização de atividades e ações de caráter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população;---

Considerando que estes clubes são promotores de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada;-----

Considerando que estas entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas;-----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015;-----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;-----

Considerando que o contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com as associações, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

No cumprimento do Artigo 290º. A do CCP é designado gestor do contrato, o Adjunto do Presidente da Câmara, Dr. Júlio Alves, competindo-lhe em traços gerais, acompanhar permanentemente a boa execução do contrato programa.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

- a) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado; -----
- b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com as Associações, conforme documento anexo a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, o referido documento;-----
- c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----
- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto;-----
 - Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27º. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados;-----
 - Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;---
- d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----
- e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira.-----
- Chaves, 12 de outubro de 2018-----
- O Presidente da Câmara -----
- (Nuno Vaz)-----

Quadro sinótico -----

Anexo à proposta nº 70/GAP/18

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica
Sociedade Columbófila de Chaves	600,00	04.07.01.02
Associação Escola de Futsal "Os Vespasianos" (1)	1.500,00	04.07.01.02
Clube Flaviense de Caça e Pesca Desportiva (2)	2.000,00	04.07.01.02

(1)- Em caso de incumprimento do acordo de regularização vence toda a dívida; -----

(2)- Compromisso de liquidação da totalidade da dívida. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA - À VOLTA DO POTE". PROPOSTA Nº 71/GAP/18 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos-----

A Associação Cultural e Recreativa "À Volta do Pote", NIPC 508 541 590, com sede em Seara Velha, Freguesia de Soutelo e Seara Velha, Concelho de Chaves, solicitou apoio financeiro para a concretização das ações descritas no seu Plano de Atividades.-----

Considerando que o apoio financeiro solicitado tem em vista a concretização das atividades de caráter desportivo, recreativo e cultural, as quais são promotoras de convívio e bem-estar das populações;-----

Considerando que o Município de Chaves entende como sendo de interesse municipal o desenvolvimento destas iniciativas, contribuindo elas, de forma decisiva para a dinamização do Concelho nas diversas áreas de ação;-----

Considerando que o apoio às entidades em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

Considerando que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que seja apoiada a instituição "Associação Cultural e Recreativa à Volta do Pote" com o valor de 600,00 €; -----

b) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;----

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionados no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 15 de outubro de 2018 -----

O Presidente da Câmara -----

(Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CHAVES. PROPOSTA Nº 72/GAP/18-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos-----

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves, IPSS, NIPC 501 429 930, com sede no Largo Caetano Ferreira, em Chaves, solicitou apoio financeiro visando o apoio na aquisição de material informático, destinado aos jovens institucionalizados na Escola de Artes e Ofícios.-----

Considerando que esta instituição zela pela defesa dos direitos dos cidadãos, pela sua inserção social e pelo seu desenvolvimento intelectual;-----

Considerando que a entidade identificada, promove, também, atividades de natureza cultural, recreativa e juvenil no concelho de Chaves e é, por isso, geradora de dinâmicas de solidariedade e de convívio dentro das comunidades em que se inserem, apoiando diversas franjas da população local;-----

Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se revestem as entidades em causa, não têm, por si só, capacidade de concretizar as atividades que se propõem desenvolver, de forma eficaz e imediatamente atuante;-----

Considerando que o apoio a conceder à entidade mencionada permitirá atingir os seguintes objetivos:-----

- Desenvolver projetos de entreaajuda, com vista a solucionar carências reais da população;-----
- Apoiar estratos sociais desfavorecidos;-----
- Desenvolver atividades de natureza social, recreativa, educativa e cultural;-----

Considerando que o apoio às entidades em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

Considerando que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

- a) Que seja apoiada a instituição "Santa Casa da Misericórdia de Chaves, IPSS" com o valor de 2.500,00 €, nos termos do quadro em anexo;
- b) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;----

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionados no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 15 de outubro de 2018-----

O Presidente da Câmara-----
(Nuno Vaz)-----

Quadro Sinótico

Anexo à proposta n.º 72/GAP/18

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica
Santa Casa da Misericórdia de Chaves	2.500,00 € (1)	04.07.01.03

(1) A Santa Casa da Misericórdia de Chaves assume a garantia de proceder à liquidação da totalidade da dívida que tem com a autarquia -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IMT INFORMAÇÃO Nº266/DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

O Sr. José Manuel Moreira Clemente, casado em comunhão de adquiridos com a Sra. Claudine de Abreu Gonçalves, na qualidade de proprietário, veio através do requerimento nº686/18, solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua Padre Marcelino da Fontoura, nº40, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Isenção de IMI pelo período de três anos (alínea a) do n.º 2 do artigo 45º do Decreto-Lei nº215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

b) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano objeto de reabilitação urbana (alínea b) do n.º 2 do artigo 45º do EBF); -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua Padre Marcelino da Fontoura, nº40, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº2815/20091015 (do processo de licenciamento) e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6895. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido pela Sra. Claudine de Abreu Gonçalves esposa do requerente, no dia 15 de março de 2016. -----

1.2.2. O Sr. José Manuel Moreira Clemente, em 28 de abril de 2016, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 9 de agosto de 2016. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº88/16 foi emitido em 14 de outubro de 2016, com o termo para a conclusão da obra, em 14 de outubro de 2017. -----

1.2.4. Em 26 de março de 2018 veio o requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 11 de abril de 2018, com o nº 56/18. -----

1.2.5. Por consulta do portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, no dia 8 de agosto de 2018, verifica-se que a caderneta predial está em nome de José Manuel Moreira Clemente. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de

29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU que iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respetivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e IMT (artigo 45º do EBF). -----

3.3. No âmbito da alínea b) do nº1 e do nº4 do artigo 45º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. --

3.4. No dia 29 de julho de 2016 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de Mau (nível 2), conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 24 de abril de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de Excelente (nível 5) para todas os andares do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do nº1 do artigo 45º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do nº 1 do artigo 45º do EBF, considera-se isenta, dado que, por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico, em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.338%, a isenção por um período de 3 anos, resulta numa redução de receita para o

município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel Artigo matricial 6895	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (3 anos)
R/Chão+ Sótão Fração A	Comércio arrumos e	3/03/2018	16 430,00€	55,53€	166,59€
1º Andar - Fração B	Habitação	3/03/2018	12 190,00€	41,20€	123,60€
2º Andar - Fração C	Habitação	3/03/2018	16 850,00€	56,95€	170,85€

Assim, o município perderá receita anual no valor de 153,68€ e de 461,04€ durante os 3 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

3.9. No que respeita ao IMT, considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio, 15/03/2016, e o início da obra de reconstrução, alvará emitido em 14/10/2016, não ultrapassou os três anos, pelo que o requerente cumpriu, o prazo estipulado na alínea b) do nº2 do EBF. -----

O Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis- IMT, foi pago pela Sra. Claudine de Abreu Gonçalves, conforme consta do documento anexo, com a referência de pagamento nº160.016.067.704.030, na importância de 300,00€, liquidada em 15 de março de 2016. -----

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, em nome de José Manuel Moreira Clemente, contribuinte nº 218079940, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

4.2. Considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio e o início da obra de reconstrução não ultrapassou os três anos, propõe-se o deferimento do pedido de restituição do IMT, no valor de 300,00€, com base no estipulado na alínea b) do nº2 do artigo 45º do EBF. -----

Deverá a certidão, para efeitos de restituição do IMT, ser passada em nome da Sra. Claudine de Abreu Gonçalves, contribuinte nº 233972803, que liquidou o imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis. -----

4.3. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.4. Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI e restituição do IMT, deverá, posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos, de acordo com o disposto no ponto 2.º do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais). --

4.5. Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deverá comunicar, no prazo de 20 dias, ao Serviço de Finanças de Chaves o reconhecimento da situação do edifício. -----

4.6. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto no artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQº ANTÓNIO MALHEIRO, DE 14/09/2018-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE DEDUÇÃO/REDUÇÃO DE IRS **INFORMAÇÃO Nº267/DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL.**-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

O Sr. José Manuel Moreira Clemente, casado em comunhão de adquiridos com a Sra. Claudine de Abreu Gonçalves, na qualidade de proprietário, veio através do requerimento nº687/18, solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua Padre Marcelino da Fontoura, nº40, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF); -----

b) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF). -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua Padre Marcelino da Fontoura, nº40, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº2815/20091015 (do processo de licenciamento) e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6895. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido pela Sra. Claudine de Abreu Gonçalves, esposa do requerente, no dia 15 de março de 2016. -----

1.2.2. O Sr. José Manuel Moreira Clemente, em 28 de abril de 2016, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício

referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 9 de agosto de 2016. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº88/16 foi emitido em 14 de outubro de 2016, com o termo para a conclusão da obra, em 14 de outubro de 2017. -----

1.2.4. Em 26 de março de 2018 veio o requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 11 de abril de 2018, com o nº 56/18. -----

1.2.5. Por consulta do portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, no dia 8 de agosto de 2018, verifica-se que a caderneta predial está em nome de José Manuel Moreira Clemente. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS SUPOSTOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

2.1.2. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com a alínea a) do nº 7º do artigo 71º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 71º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da dedução à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos

suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€ e tributação dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS à taxa de 5% (números 4 e 7 do artigo 71º do EBF). -----

3.3. No âmbito do nº 24 do artigo 71º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.4. No dia 29 de julho de 2016 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de Mau (nível 2), conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 24 de abril de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de Excelente (nível 5) para todas os andares do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na subalínea i) da alínea a) do nº23 do artigo 71º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelo proprietário do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Estando o prédio urbano dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, e cumprindo o disposto no ponto 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite deduzir, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€. ---

3.8. No que respeita à certidão para tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por arrendamento, a mesma incide sobre as frações a seguir discriminadas: -----

Imóvel	Uso da unidade
Artigo matricial 6895	
R/Chão + Sótão	Comércio e arrumos
1º Andar	Habitação
2ºAndar+sótão	Habitação

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IRS em 30% dos encargos suportados pelo proprietário, Sr. José Manuel Moreira Clemente, com as obras de reabilitação até ao limite de 500€ e tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com os números 18 e 24 do artigo 71º do EBF. -----

4.2. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.3. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto nos artigos 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQº ANTÓNIO MALHEIRO, DE 14/09/2018-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. PEDIDO DE CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IMT - INFORMAÇÃO Nº269/DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I. Enquadramento -----

A Sra. Joana Rui de Medeiros Videira (3/4 do prédio) e a empresa Maria José Pereira Medeiros, Lda., (1/4 do prédio), na qualidade de proprietários, vieram através do requerimento nº2156/17 solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruíram, na Rua de Santo António, nº 56, 60 e 62, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

1) Isenção de IMI pelo período de cinco anos (n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

2) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano objeto de reabilitação urbana (n.º 8 do artigo 71.º do EBF); -----

3) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF); -----

4) Tributação à taxa autónoma de 5%, das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da alienação de imóveis (n.º 5 do artigo 71.º do EBF); -

5) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF). -----

Foi elaborada a informação nº 160/DSCH/18, na qual se propunha o indeferimento da pretensão para efeitos de isenção de IMT, com o fundamento da falta de cumprimento do estipulado na alínea b) do nº2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, isto é, o prazo para a reconstrução, entre a aquisição do prédio e o início da obra, ultrapassou os três anos. -----

Relativamente ao IMI foi considerado que cumpria as condições para o Município conceder a isenção durante três anos e a emissão de certidão (já emitida nesta data) para efeitos de isenção de IRS em 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação até ao limite de 500€, tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da primeira alienação, e tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS

residentes em território português, conforme argumentário que se apresenta novamente (só relativa ao IMI e IMT): -----
 "A legislação invocada no requerimento foi alterada pela Lei nº114/2017 de 29 de dezembro, orçamento do estado para o ano de 2018. O ponto nº7 do artigo 71º do EBF, referente à isenção de IMI, foi substituído e refere-se agora aos "rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS". O ponto nº 8 do artigo 71º do EBF, referente ao IMT, foi revogado. -----
 Assim o pedido, sobre a isenção do IMI e IMT, vai ser analisado à luz das alterações introduzidas pela referida Lei, isto é, ao abrigo do artigo 45º do EBF. -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua de Santo António, nº 56, 60 e 62, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº1896/20090417 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº 6871 (frações A, B e C). -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com o registo da Conservatória do Registo Predial de Chaves, nº1896/20090417, o prédio foi adquirido por Maria José Pereira Medeiros casada com Rui António Alves Videira (proporção de 3/4) e por Maria da Conceição Pereira de Medeiros casada com António José Sá de Oliveira (proporção de 1/4) registado no sistema no dia 2 de fevereiro de 2011. A quota pertencente ao casal Maria José Pereira Medeiros e Rui António Alves Videira foi doada a Joana Rui de Medeiros Videira registada no sistema em 25 de maio de 2012. -----

1.2.2. A Sra. Joana Rui de Medeiros Videira, (3/4) coproprietária do prédio e na qualidade de procuradora da restante quota (1/4) em 6 de agosto de 2013, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por deliberação da Câmara municipal na reunião datada de 30 de outubro de 2013. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº25/16 foi emitido em 15 de abril de 2016 com o termo para a conclusão da obra em 15 de abril de 2018. -----

1.2.4. Com o pedido de vistoria final das obras a requerente apresentou uma nova certidão do registo da Conservatória onde consta que a quota pertencente ao casal, Maria da Conceição Pereira de Medeiros e António José Sá de Oliveira (proporção de 1/4), foi adquirida, em 28 de novembro de 2016, pela firma Maria José Pereira Medeiros, Lda. -----

1.2.5. Em 13 de julho de 2017 veio a requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 23 de outubro de 2017 com o nº 107/17. -----

b) ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016,

com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves – Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU que iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respetivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

c) CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45º e 71º do EBF, são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e IMT (artigo 45º do EBF). -----

3.3. No âmbito do nº 24 do artigo 71º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.4. No dia 20 de março de 2015 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de péssimo, conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 2 de janeiro de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente para todas as frações do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo.

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do nº1 do artigo 45º e subalínea i) da alínea a) do nº23 do artigo 71º ambas do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do nº 1 do artigo 45 do EBF, considera-se isenta dado que por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.338%, a isenção por um período de 3 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

<i>Imóvel</i> <i>Artigo matricial 6871</i>	<i>Uso da</i> <i>unidade</i>	<i>Data</i> <i>Avaliação</i>	<i>VPT</i>	<i>IMI</i> <i>(1 ano)</i>	<i>IMI</i> <i>(3 anos)</i>
<i>Cave+R/Chão - Fração A</i>	<i>Comércio</i>	<i>28/08/2017</i>	<i>35 270,00€</i>	119,21€	357,63€
<i>1º Andar - Fração B</i>	<i>Habitação</i>	<i>28/08/2017</i>	<i>20 960,00€</i>	70,84€	212,52€
<i>2 e 3º Andar - Fração C</i>	<i>Habitação</i>	<i>28/08/2017</i>	<i>40 360,00€</i>	136,42€	409,26€

Assim, o município perderá receita anual no valor de 326,47€ e de 979,41€ durante os 3 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

3.9. No que respeita ao IMT, considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio por doação pela Sra. Joana Rui de Medeiros Videira no dia 25 de maio de 2012 - Registo da Conservatória - e o início da obra de reconstrução no dia 15 de abril de 2016, ultrapassou os três anos, os requerentes não cumprem o prazo estipulado na alínea b) do nº2 do EBF. -----

d) DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

4.2. Considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio e o início da obra de reconstrução ultrapassou os três anos, propõe-se o indeferimento do pedido de restituição do IMT, com base no estipulado na alínea b) do nº2 do artigo 45º do EBF." -----

II - Fundamentação -----

a) Neste contexto, foi notificado o representante dos requerentes para no prazo de 10 dias virem ao processo, por escrito, dizer o que se lhes oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo; -----

b) Os requerentes não apresentaram, no prazo referido, qualquer sugestão, na tentativa de inverter o sentido de decisão manifestado pelo executivo municipal; -----

c) Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se definitivo. ----

III - Da Proposta -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, com base nas razões expostas na Informação n.º 160/DSCH/18, do dia 28 de maio de 2018, do seguinte: -----

a) Aprovação da emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 45º do EBF; -----

b) Indeferimento do pedido relativamente à isenção do IMT, pelas razões antes referidas; -----

c) Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI, deverá, posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos, de acordo com o disposto no ponto 2.º, no artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais); -----

d) Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deverá comunicar, no prazo de 20 dias, ao Serviço de Finanças de Chaves o reconhecimento da situação do edifício; -----

e) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114.º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQº ANTÓNIO MALHEIRO, DE 14/09/2018-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. PEDIDO DE CERTIDÃO REABILITAÇÃO URBANA - ARTº45 DO EBF, IMI/IMT - INFORMAÇÃO Nº313/DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

O Sr. Filipe Rodrigues da Costa, casado em comunhão de adquiridos com a Sra. Helena da Silva Ferreira Marques Costa, na qualidade de proprietário, veio através do requerimento nº714/18, solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, no Largo do Anjo, nº6, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Isenção de IMI pelo período de três anos (alínea a) do n.º 2 do artigo 45º do Decreto-Lei nº 215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

b) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano objeto de reabilitação urbana (alínea b) do n.º 2 do artigo 45º do EBF); -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado no Largo do Anjo, nº6, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº3554/20100712 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6881. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido pela Sra. Helena da Silva Ferreira Marques Costa e pelo requerente, no dia 30 de dezembro de 2015. -----

1.2.2. O Sr. Filipe Rodrigues da Costa, em 24 de fevereiro de 2016, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 15 de abril de 2016. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº62/16 foi emitido em 17 de agosto de 2016, com o termo para a conclusão da obra, em 17 de agosto de 2017. -----

1.2.4. Em 16 de março de 2018 veio o requerente, solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 28 de março de 2018, com o nº 47/18. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----**2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----**

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013.

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU que iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respetivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e IMT (artigo 45º do EBF). -----

3.3. No âmbito da alínea b) do nº1 e do nº4 do artigo 45º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. --

3.4. O Sr. Filipe Rodrigues da Costa não requereu à Câmara Municipal a vistoria inicial do estado de conservação do edifício. -----

No entanto, em 30 de maio de 2018, o requerente apresentou uma exposição no sentido de justificar a falta do pedido da vistoria inicial. Os argumentos aduzidos para a falta do pedido da vistoria, vão no sentido de ser "usual fazer este procedimento, uma vez que como o projeto era apresentado na CMC, com levantamento fotográfico, se assim o entendessem era promovida a vistoria por parte dos técnicos".

"A reconstrução e remodelação do referido imóvel, destinado a habitação coletiva, comércio e serviços, foi feita com obras consideráveis, tendo sido feita a demolição de todo o miolo interior, a colocação de nova estrutura, a definição de uma nova compartimentação, a remodelação do piso da cobertura e acabamentos de uma forma geral, conforme situação atual no local." -----

O folheto que foi amplamente divulgado e que esteve presente, para consulta e entregue a todos os munícipes interessados, nas ações de promoção dos incentivos fiscais para a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves (ARU), continha como uma das diligências a tomar pelos promotores da reabilitação dos edifícios, a certificação do estado de conservação com o pedido de vistoria inicial. -----

Considerando que já foram ultrapassados outros casos idênticos, pela falta de vistoria inicial, colocase à consideração da Câmara Municipal a aceitação dos argumentos apresentados pelo requerente, isto é, a junção da documentação fotográfica do prédio antes do início das obras a provar o estado de conservação do mesmo prédio. -----

Pelas fotografias apresentadas com o pedido e pelas fotografias que constam do processo de licenciamento (folhas 270 a 274) o edifício antes da realização das obras, apresentava um estado de conservação mau (nível 2), com inúmeros focos de humidades interiores devido possivelmente à cobertura se encontrar em mau estado de conservação, assim como, desprendimento de rebocos nas paredes interiores e exteriores. -----

Com a reabilitação, foi demolida uma parede de alvenaria de granito interior do edifício, mantendo-se as paredes exteriores no mesmo material, tendo sido executada uma estrutura de betão armado independente da existente, conforme consta do processo. -----

3.5. No dia 24 de abril de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de Excelente (nível 5) para todas os andares do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do nº1 do artigo 45º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do nº 1 do artigo 45º do EBF, considera-se isenta, dado que, por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico, em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.338%, a isenção por um período de 3 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (3 anos)
Artigo matricial 6881					
Cave Tr - Fração A	Serviços	25/09/2017	43 590,00€	147.33€	441.99
Cave Fr - Fração B	Serviços	25/09/2017	25 090,00€	84.80€	254.41€
Rés/ Chão -Fração C	Habitação	25/09/2017	60 960,00€	206.04€	618.13€

1ºAndar Tr - Fração D	Habitação	25/09/2017	32 420,00€	109.58€	328.74
1ºAndar Fr -Fração E	Habitação	25/09/2017	32 050,00€	108.33€	324.99€
Sótão - Fração F	Habitação	25/09/2017	22 000,00€	74.36€	223.08€

Assim, o município perderá receita anual no valor de 730.44€ e de 2 191.34€ durante os 3 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

3.9. No que respeita ao IMT, considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio, 30/12/2015, e o início da obra de reconstrução, alvará emitido em 17/08/2016, não ultrapassou os três anos, pelo que o requerente cumpriu, o prazo estipulado na alínea b) do nº2 do EBF. -----

O Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis- IMT, foi liquidado pela esposa do requerente, Helena da Silva Ferreira Marques da Costa, conforme consta do processo com a referência de pagamento nº160015301456032, na importância de 1 075.93€, liquidada em 29 de dezembro de 2015. -----

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, em nome de Filipe Rodrigues da Costa, contribuinte nº 192265539, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

4.2. Considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio e o início da obra de reconstrução não ultrapassou os três anos, propõe-se o deferimento do pedido de restituição do IMT, no valor de 1 075.93€, com base no estipulado na alínea b) do nº2 do artigo 45º do EBF. -----

Deverá a certidão, para efeitos de restituição do IMT, ser passada em nome da Sra. Helena da Silva Ferreira Marques da Costa, contribuinte nº 208772898, que liquidou o imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis. -----

4.3. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.4. Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI e restituição do IMT, deverá, posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos, de acordo com o disposto no ponto 2.º do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais). --

4.5. Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deverá comunicar, no prazo de 20 dias, ao Serviço de Finanças de Chaves o reconhecimento da situação do edifício. -----

4.6. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto no artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQº ANTÓNIO MALHEIRO, DE 10/10/2018-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. PEDIDO DE CERTIDÃO - REABILITAÇÃO URBANA ARTº71 DO EBF - IRS INFORMAÇÃO Nº314/DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

O Sr. Filipe Rodrigues da Costa, casado em comunhão de adquiridos com a Sra. Helena da Silva Ferreira Marques Costa, na qualidade de proprietário, veio através do requerimento nº713/18, solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, no Largo do Anjo, nº6, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF); -----

b) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF). -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado no Largo do Anjo, nº6, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº3554/20100712 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6881. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido pela Sra. Helena da Silva Ferreira Marques Costa e pelo requerente, no dia 30 de dezembro de 2015. -----

1.2.2. O Sr. Filipe Rodrigues da Costa, em 24 de fevereiro de 2016, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 15 de abril de 2016. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº62/16 foi emitido em 17 de agosto de 2016, com o termo para a conclusão da obra, em 17 de agosto de 2017. -----

1.2.4. Em 16 de março de 2018 veio o requerente, solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 28 de março de 2018, com o nº 47/18. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU),

devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS SUPOSTADOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

2.1.2. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com a alínea a) do nº 7º do artigo 71º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 71º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da dedução à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€ e tributação dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS à taxa de 5% (números 4 e 7 do artigo 71º do EBF). -----

3.3. No âmbito do nº 24 do artigo 71º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a

ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.4. O Sr. Filipe Rodrigues da Costa não requereu à Câmara Municipal a vistoria inicial do estado de conservação do edifício. -----

No entanto, em 30 de maio de 2018, o requerente apresentou uma exposição no sentido de justificar a falta do pedido da vistoria inicial. Os argumentos aduzidos para a falta do pedido da vistoria, vão no sentido de ser "usual fazer este procedimento, uma vez que como o projeto era apresentado na CMC, com levantamento fotográfico, se assim o entendessem era promovida a vistoria por parte dos técnicos". "A reconstrução e remodelação do referido imóvel, destinado a habitação coletiva, comércio e serviços, foi feita com obras consideráveis, tendo sido feita a demolição de todo o miolo interior, a colocação de nova estrutura, a definição de uma nova compartimentação, a remodelação do piso da cobertura e acabamentos de uma forma geral, conforme situação atual no local." -----

O folheto que foi amplamente divulgado e que esteve presente, para consulta e entregue a todos os munícipes interessados, nas ações de promoção dos incentivos fiscais para a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves (ARU), continha como uma das diligências a tomar pelos promotores da reabilitação dos edifícios, a certificação do estado de conservação com o pedido de vistoria inicial. -----

Considerando que já foram ultrapassados outros casos idênticos, pela falta de vistoria inicial, colócase à consideração da Câmara Municipal a aceitação dos argumentos apresentados pelo requerente, isto é, a junção da documentação fotográfica do prédio antes do início das obras a provar o estado de conservação do mesmo prédio. -----

Pelas fotografias apresentadas com o pedido e pelas fotografias que constam do processo de licenciamento (folhas 270 a 274) o edifício antes da realização das obras, apresentava um estado de conservação mau (nível 2), com inúmeros focos de humidades interiores devido possivelmente à cobertura se encontrar em mau estado de conservação, assim como, desprendimento de rebocos nas paredes interiores e exteriores. -----

Com a reabilitação, foi demolida uma parede de alvenaria de granito interior do edifício, mantendo-se as paredes exteriores no mesmo material, tendo sido executada uma estrutura de betão armado independente da existente, conforme consta do processo. -----

3.5. No dia 24 de abril de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de Excelente (nível 5) para todas os andares do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do nº1 do artigo 45º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Estando o prédio urbano dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, e cumprindo o disposto no ponto 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite deduzir, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€. ---

3.8. No que respeita à certidão para tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por arrendamento, a mesma incide sobre as frações a seguir discriminadas: -----

Imóvel Artigo matricial 6881	Uso da unidade
Cave Tr - Fração A	Serviços
Cave Fr - Fração B	Serviços
Rés/ Chão -Fração C	Habitação
1ºAndar Tr - Fração D	Habitação
1ºAndar Fr -Fração E	Habitação
Sótão - Fração F	Habitação

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IRS em 30% dos encargos suportados pelo proprietário, Sr. Filipe Rodrigues da Costa, com as obras de reabilitação até ao limite de 500€ e tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com os números 18 e 24 do artigo 71º do EBF. -----

4.2. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.3. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto nos artigos 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQº ANTÓNIO MALHEIRO, DE 10.10.2018-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONSTRUÇÃO DE ANEXO DE APOIO A HABITAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 556/18 - JOSÉ DA CRUZ DOS SANTOS FONSECA - LUGAR DE CAMPODE BAIXO OU FONTE, FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 08.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO -----

1.1 Através do requerimento n.º 1455/18, que deu origem ao processo n.º 490/18, em análise, consubstancia a apresentação de um pedido de legalização de uma operação urbanística já concluída, de obras de construção de um anexo, a uma moradia unifamiliar pré-existente, sem

os necessários atos administrativos de controlo prévio, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado, marginal á Estrada Nacional n.º103-5, no prédio abaixo identificado. -----

1.2. Na sequencia foi consultada as Infraestruturas de Portugal, S.A., conforme dispões o D.L. 34/15 de 27 de abril, na sua atual redação.--

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

Prédio urbano inscrito da matriz sob o artigo 786-P, natureza urbana, da freguesia de Vila Verde da Raia e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 1731/20140825, composto de casa de rés do chão, 1.º andar e logradouro, com a área coberta de 127,73m², sendo a área total de 127,73m², prédio esse que confronta de nascente com Estrada Nacional, de sul Elías Branco e Josefa Branco, de poente com caminho público e de norte herdeiros de Delfina Moura, Ana Sarmento e Ismael Barros.-----

3. ANTECEDENTES-----

3.0 Relativamente à moradia unifamiliar existente, foi emitida em 25/11/2013, por esta Câmara a Certidão comprovativa que a mesma à data da sua construção estava isenta de Licenciamento, por a sua construção ser anterior à data da publicação do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas do Concelho de Chaves, publicado em 12 de fevereiro de 1979, que, a partir dessa data, tornou extensivas as disposições do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, RGEU e do Decreto Lei n.º 166/70, de 15 de abril, a todo o território municipal e não sofreu obras passíveis de comunicação prévia ou licença administrativa.-----

3.1. Comunica sob requerimento n.º 160/14, que deu origem ao processo n.º 43/14, que pretende levar a efeito obras de conservação, consideradas isentas de controlo prévio. Na sequencia o processo foi encaminhado para o Sector de Fiscalização, de forma a dar cabal cumprimento ao teor dos pontos, 1 e 2, do artigo 93.º do RJUE;-----

3.2 Ficha de acompanhamento de Operações Urbanísticas nº22/2014 - zona B, datada de 08/05/2014, comunicando que face ao despacho superior exarado, na informação/proposta da DGUT, datada de 31/01/2014, e após várias diligencias efetuadas ao local foi constatado que " as obras objecto da comunicação se encontrarem concluídas e em conformidade com o definido no processo".. Mias informaram que "no logradouro do prédio de habitação, donde se encontrava implantado um armazém ou anexo antigo, procederam à demolição deste, e que no mesmo local estão a dar inicio à construção de um anexo, com cerca de 60,00m² de área bruta, sem que para o efeito tivesse obtido o necessário licenciamento".-----

3.3 Em 24/10/2017 e na sequência da Ficha de acompanhamento de Operações Urbanísticas nº22/2014 - zona B, datada de 08/05/2017, a Sra. Chefe da D.A.F, Dra. Sandra Lisboa prestou a informação n.º74/DAF/FIS/2014, na qual recaiu o despacho Superior, datado de 30/06/2014, foi o Sr. José da Cruz dos Santos Fonseca, ora requerente, oficiado da aplicação das medidas de tutela da legalidade urbanística (embargo prevista na alínea a), do n.º1, do artigo 102.º-B, do RJUE, embargo, pelo prazo de um ano, em vista a garantir a reintegração de ordem administrativa violada, com todos os efeitos aí emergentes, muito concretamente, a obrigatoriedade de paralisar, imediatamente, a execução dos trabalhos, evitando o agravamento da irregularidade detetada; -----

3.4. Simultaneamente a 25 de junho de 2014 foi levantado Auto de Embargo e suspensão de obras particulares, referente "obras de

construção, de um anexo de R/C, com cerca de 60,00m2(...) sem a necessária licença administrativa (...) as mesmas obras foram embargadas, pelo motivo descrito na ficha de acompanhamento de operações Urbanísticas nº22/2014 - zona B, datada de 08/05/2014 e despacho superior de 20/06/2014(Tendo tomado conhecimento pessoal, através do empreiteiro Sr. Abílio Moura Rodrigues, em 25/06/2014, cumulativamente através de ofício n.º 93/DCG/DAF/2014, de 2014/06/27);

3.5 Despacho superior da Dr. Sandra Lisboa, emitido em 06/10/2014, no sentido de ser instaurado de processo de contraordenação, face à informação/proposta da DGUT, produzida pelo Sr. chefe da DGUT, Arquito António Malheiro, datada de 22/09/2014;-----

3.6 Mandado de notificação Processo de Contraordenação n.º80/2017;---

3.7 Processo n.º571/14, com vista ao licenciamento de uma operação urbanística, consubstanciada na obra de edificação de um anexo, com a área de 75m2, a uma habitação unifamiliar pré-existente. Tendo sido rejeitado liminarmente, por despacho superior demitido em 20/06/2017;-

3.8 Por Despacho Superior, datado de 26/06/2017, foi Remetido à Fiscalização com vista à instauração de processo de contraordenação e aplicação de medida de tutela da legalidade urbanística - demolição. Em 21/08/2017 foi levantada a participação nº51/2017, no âmbito do Processo n.º110/FIS/2017.-----

3.9 Informação/proposta n.º280/SAA/2017, datada de 27/10/2017, com despacho superior emitido em 13/11/2017, conducente ao indeferimento definitivo do pedido apresentado.-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A pretensão, consubstancia a reposição da legalidade urbanística de uma operação urbanística ilegal, isto realizada sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, com enquadramento no disposto nos no artigo 102.º-A do RRJUE em articulação com o artigo 73.º-C⁽¹⁾, sob a epígrafe, "Procedimento de legalização de operações urbanísticas", do Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015; RMUE.-----

4.2 Instrumentos de planeamento em vigor - PDM-----

O prédio objeto de análise situa-se em solo urbano da freguesia de Vila Verde da Raia, na categoria 1.3, outros aglomerados, aglomerado de Vila Verde da Raia, em áreas de construção existente.-----

Segundo a planta de condicionantes, folha n.º 34-B, o local está abrangido pela servidão administrativa da EN 103-5. A operação urbanística carece de parecer das Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP, S. A.). -----

5. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS -----

A pretensão mereceu parecer desfavorável por parte das Infraestruturas de Portugal, S.A. uma vez que o anexo se encontra implantado na zona de servidão non aedificandi. O referido parecer, emitido em 2018/09/11 e comunicado por ofício V/Ref: 7188VRL180828, encontra-se em anexo à presente informação.-----

6. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

6.1 Caracterização-----

A pretensão do requerente tem em vista a legalização da construção do anexo, realizada sem o necessário ato administrativo de controlo

¹ **Artigo 73.º-C - Procedimento de legalização de operações urbanísticas**
6 - O procedimento de legalização é sempre precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável.-----

prévio, para efeitos de aplicação do disposto no artigo 102.º-A do RJUE, -----

6.2 Análise-----

Em relação ao presente pedido constata-se que as obras de construção levados a efeito sem a necessária licença, face ao parecer desfavorável das Infraestruturas de Portugal, S.A., nos termos em que as mesmas se encontram representadas no projeto apresentado, considera-se não poderem vir a ser legalizadas, como se pode verificar por leitura do referido parecer, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido,-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1 Pelo que se enunciou no título 6, da presente informação, constata-se que o pedido em causa foi objeto de parecer negativo da entidade consultada, consubstanciada nas Infraestruturas de Portugal, S.A neste contexto propõe-se *projeto de decisão conducente ao indeferimento* do pedido de legalização do anexo, -----

7.2 Em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, sou a propor que o presente processo esteja presente na próxima reunião de Câmara, para que o executivo delibere o sentido de indeferir o pedido de legalização, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 24º, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual versão, devendo promover-se audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 122º⁽²⁾ do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do procedimento Administrativo.-----

7.3 Sem prejuízo do que vem de ser dito, atento o teor do 1.º paragrafo do referido parecer das IP, S.A., convirá vir ainda a notificar o requerente, no sentido de encetar junto da referida entidade os procedimentos tendentes à eventual regularização dos acessos ao prédio executados a partir da E,N. 103-5.-----

Em anexo, Parecer das Infraestruturas de Portugal, S.A., emitido em 2018/09/11 e comunicado por ofício v/Ref: 7188VRL180828, encontra-se em anexo à presente informação.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 08.10.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa (Construção de um anexo de apoio a uma moradia unifamiliar pré-existente, constituído por um alpendre, um compartimento destinado a arrumos e um segundo compartimento destinado

² Artigo 122.º - **Notificação para a audiência-----**

1 - Para efeitos do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.-

2 - A notificação fornece o projeto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3 - No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no número anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via eletrónica.--

a "Churrasqueira"), por violação das normas legais e regulamentares expressas no parecer vinculativo emitido pela empresa pública "Infraestruturas de Portugal, S.A.", a coberto do ofício com a refer.^a 7188VLR-180828, datado do passado dia 11 de Setembro.-----
Neste contexto, e caso superiormente seja proferida decisão administrativa consonante com o recomendado no anterior parágrafo, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido do projecto de decisão acima pré-anunciado.-----

Sem prejuízo do que vem de ser proposto, dever-se-á ainda notificar o requerente nos termos e para os efeitos expressos na alínea 7.3 deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. TRABALHOS DE REMODELAÇÃO DE TERRENOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 78/18 - LILIANA DA COSTA CARVALHO - LUGAR DE NABELHOS, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 25.09.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 218/18, em 29 de janeiro, completado pelo requerimento o n.º 1111/18, de 30 de maio do ano corrente, a requerente citada em epígrafe, na qualidade de proprietária, vem apresentar um pedido de legalização de trabalhos de remodelação de terrenos, levados a cabo no prédio abaixo identificado e localizados, de acordo com o Regulamento do PDM de Chaves, como espaços urbanos e urbanizáveis (classe 1), categoria 1.1 - cidade de Chaves, e em área não abrangida por operação de loteamento, estando parte do terreno abrangido por uma restrição de utilidade pública originada pela Reserva Agrícola Nacional, RAN, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação⁽³⁾, RJUE, em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação⁽⁴⁾, RMUE, sito na Rua de Santa Ana, Lugar de Nabelhos - Outeiro Seco, freguesia de Outeiro Seco.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO -----

2.1 De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, CCRP, apresentada, o prédio rústico composto de terra de pinhal situa-se em Nabelhos, com uma área total de 10260m² e área descoberta

³ consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----

⁴ publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º732/2015, RMUE-----

de 10260m² da Freguesia de Outeiro Seco e descrito sob o n.º2771/20020506, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º 1565, confronta de norte com caminho público, de sul com José Pereira do Rio, de nascente com Domingos Melo e de poente com Manuel Júlio Alves. -----

2.2 Por observação do levantamento topográfico, à escala 1/500 e plantas de implantação, à escala 1/500, aparece expresso que a área total do terreno é de 11654,50m², divergente da área conservada (10260,00m²), contudo tal diferença de áreas é inferior a 20% pelo que tenho para mim que poderá se aceite tal discrepância, em conformidade com o n.º3, do artigo 28.º e alínea b), do artigo 28.ºA do Código do Registo Predial.-----

3. ANTECEDENTES-----

3.1 Comunicação à camara municipal de Chaves em 27/11/2017, com registo n.º 12758/17; sendo tal denuncia elaborada em 27/11/2017 pelo Sr. João do Nascimento Moraes; -----

3.2 Auto de noticia por contraordenação com o n.º12/17, elaborado pela Guarda Nacional Republicana em 29/01/2018, na sequencia de uma comunicação sobre uma situação de aterro, efetuada pelo Sr. João Félix e esposa Elisabete Torres Félix;-----

3.3 Informação n.º100/2018 Zona Norte, datada de 2018/06/25, emitida pelo Setor de Fiscalização Municipal afetos à Divisão de administração e Fiscalização, onde descrevem a realização de obras supostamente ilegais, nomeadamente a realização de trabalhos de remodelação de terrenos, pertencente à Sra. Liliana da Costa Carvalho, ora requerente;-----

3.4 Despacho Superior, produzido pela Chefe da Divisão de Administração e Fiscalização, D.A.F., Dra. Sandra Lisboa, em 18/07/2018, na sequencia da Informação n.º100/2018 - Zona Norte, datada de 25/06/2018, no sentido de o processo foi remetido à D.G.O.T.

4. INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

Relação dos elementos que instruem este processo, nos termos do disposto no n.º2 artigo 102.ºA do RJUE, cumulativamente com o disposto no anexo I - ponto I e no n.º15 e no n.º16, do ponto III, da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, bem como do Artigo 73.º -C do RMUE:-

- Processo em formato digital, CD, contendo ficheiros com os elementos instrutórios do processo (peças desenhadas e escritas), nos termos da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, no que respeita à implantação da operação urbanística, e nos termos do n.º14, do artigo 13.º, do RMUE; -----

- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido;-

- Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto, acompanhado de comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho e de comprovativo da validade da inscrição em associação pública de natureza profissional ou comprovativo de habilitação adequada;-----

- Levantamento topográfico, à escala 1:500, acompanhado de declaração, na qual o autor do respetivo levantamento topográfico declara a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local., de acordo com o n.º 12, do artigo 13º, do RMUE, de cópia do documento de identificação do autor do levantamento Topográfico e de prova da validade da inscrição do mesmo em organismo público/

associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artigo 10.º do RJUE.-----

- Projeto de execução dos trabalhos, composto para além do Termo de responsabilidade, memória descritiva e justificativa, peças desenhadas;-----
- Projetos de drenagem de águas pluviais;-----
- Extratos, das plantas de condicionantes e de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra, à escala 1: 10. 000;-----
- Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto de execução dos trabalhos, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----
- Prova da validade da inscrição do técnico, arquitecto, em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Documento de identificação, Cartão de identificação do Arquitecto;-----
- Documentação fotográfica do prédio;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico, à escala 1:500;-----
- Prova da validade da inscrição válida do técnico, engenheira, em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Documento complementar, consubstanciado no cartão do cidadão da Engenheira;-----
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.-----

5. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

5.1 Enquadramento do pedido na Legislação vigente-----

5.1.1 A pretensão, consubstanciada na realização de uma operação urbanística ilegal, consubstanciada em , trabalhos de remodelação de terrenos, por ações de aterros que conduziram à alteração do relevo natural, sem os respetivos atos administrativos de controlo prévio, para, enquadra-se no disposto no artigo 102.º-A, do RJUE, em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e com o n.º 6, do artigo 73.º-C, do RMUE, que remete para prévia vistoria municipal.-----

5.1.2 De acordo com vistoria realizada em 28 de junho de 2018 da qual resultou o respetivo Auto de Vistoria n.º 56/2018, anexo à informação n.º1112/SCOU/2018 elaborada em 11 de julho de 2018, que refere " (...)com o volume de aterro executado, foram criados taludes que em projeto se prevê serem estabilizados com a plantação de prado de sequeiro é apresentada uma calendarização de trabalhos, de 2 meses, que se julga adequada para a realização dos trabalhos em falta.(...) torna-se necessário a de toda a área do terreno, ainda que com vedações de carácter ligeiro e facilmente desmontável e por forma a precaver eventuais prejuízos para terceiros(...);-----

5.1.3 O referido Auto de Vistoria n.º 56/2018, emitido em 28/06/2018, deverá ser deverá ser fornecida à requerente junto com a presente informação.-----

5.2 Enquadramento da proposta nos instrumentos de planeamento Territorial-----

Regista-se que o prédio rústico possui uma área total de 10260m², de acordo com o levantamento topográfico e termo de responsabilidade subscrito pelo topógrafo, o prédio possui uma área de 11654,50m2. Da

análise prévia do projeto de execução dos trabalhos, verifica-se que é proposto legalizar trabalhos de remodelação de terrenos e, numa área de 7720,00m².-----

O prédio no qual se pretende levar a efeito a operação urbanística, localiza-se ao nível das plantas do Plano Diretor Municipal em vigor, em solo classificado como Espaços urbanos e urbanizáveis, classel.--- Verifica-se ainda que uma pequena parte da parcela integrada em Reserva Agrícola Nacional (RAN). A afetação do solo pela restrição de utilidade pública enunciada, concretamente, a RAN, resulta na constituição do solo como área non aedificandi, aplicando-se as disposições do regime jurídico da RAN (DL n.º 73/2009, de 31 de Março).-----

5.3 Consultas a entidades externas-----

Em virtude "da intervenção afetar unicamente espaços urbanos e urbanizáveis (classe 1)", de acordo com o exposto na memória descritiva (folha 94 do processo) e retrata, na peça desenhada intitulada "implantação sobre levantamento topográfico", á escala 1:500 (folha 84 do processo) não há lugar a consulta de entidades exteriores ao município.-----

6. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

6.1 Caracterização-----

Os trabalhos de remodelação de terrenos, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio objeto do procedimento de legalização, consubstanciada na reposição da legalidade urbanística, para efeitos de aplicação do disposto no artigo 102.º-A do RJUE, ----

6.2 Análise-----

Em relação ao presente pedido constata-se a possibilidade de os trabalhos de remodelação de terrenos que levados a efeito sem a necessária licença, nos termos em que as mesmas se encontram representadas no projeto apresentado, poderem vir a ser regularizadas, contudo tais trabalhos implicam trabalhos de correção. Com efeito, como se pode verificar por leitura do auto de vistoria produzido no âmbito do preceituado no n.º 6, do artigo 73.º-C, do RMUE, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido, os trabalhos de remodelação de terrenos, requerem ainda obras de correção , para os quais deverá ser emitido uma licença especial de legalização, conforme previsto no n.º6, do artigo 73.º C, do RMUE, no qual deverá constar menção expressa de que os trabalhos de remodelação de terrenos a que respeita foram objeto de legalização.-----

7. ESTRATÉGIA PROCEDIMENTAL-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

7.1. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Camara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

7.2 Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se faz referência, Contudo atendendo que os trabalho de remodelação de terrenos implicam obras de correção para as quais será emitida uma licença especial de legalização, -----

7.3 Para que a referido Licença seja emitido, a requerente deverá diligenciar no sentido de apresentar elementos instrutórios para emissão de Licença especial de legalização, de modo a dar cumprimento

aos pontos focados no auto de vistoria n.º56/2018, dando assim cumprimento ao estabelecido no n.º 18, do mesmo artigo referenciado no ponto anterior;-----

7.4 Após sancionamento da presente informação técnica dê-se a conhecer a deliberação que recair sobre a mesma, à D.A.F., para cumprimento do despacho superior produzido pela Chefe da Divisão de Administração e Fiscalização, Dra. Sandra Lisboa, em 18/07/2018, na sequência da Informação n.º100/2018 - Zona Norte, datada de 25/06/2018.-----

8. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

8.1 Não há lugar ao cálculo de taxa das infra estruturas urbanísticas, uma vez que pela sua natureza não implicam qualquer acréscimo de encargos públicos de realização manutenção e reforço das respetivas infraestruturas, por leitura contrária do n.º1, do artigo 23.º do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização da operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010; -----

8.2 As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 75,35 € (setenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos), conforme discriminado na tabela seguinte:-----

Cálculo das taxas administrativas -----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIACÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 61.º	Licença ou comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos	1	42,15 €	42,15 €
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 70.º	Licença para a realização de obras de demolição (por analogia)			
n.º 3	Prazo de execução dos trabalhos, acresce por mês ou fracção	2	10,80 €	21,60 €
Artigo 71.º	Emissão de alvará de licença de admissão ou comunicação prévia			
n.º 1	Licença ou admissão de comunicação prévia para a realização de trabalhos de remodelação de terrenos incluindo o derrube de árvores	1	11,60 €	11,60 €
	TOTAL			75,35 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 03.10.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em causa (trabalhos de remodelação de terreno), o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização a requerer pela interessada.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 328/18 - PESSOA & FILHO, LDA. - LUGAR DE TERREIRO DO MONTE, OUTEIRO JUSÃO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 01.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 933/18, referente ao processo n.º 328/18 a firma Pessoa e filhos Lda solicita nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação(doravante designado por RJUE), a licença especial de legalização (legalização da obra de edificação uma habitação unifamiliar que carece ainda de obras para a sua conclusão) no lote nº6 do loteamento sito no terreiro do monte -Outeiro Jusão com alvará nº2/2007 apresentando para o efeito o respetivo projeto de arquitetura.-----

Por requerimento nº2042/18 apresenta os projetos de especialidades inerentes à operação urbanística.-----

2. ANTECEDENTES-----

Existe em arquivo municipal os seguintes documentos:-----
Comunicação prévia admitida a 8.08.08, no entanto não procedeu ao pagamento das respetivas taxas donde foi declarada a caducidade do processo -----

Auto de embargo e suspensão de obras particulares lavrado a 6 de fevereiro de 2009, no qual e à data se encontrava com toda a estrutura executada, paredes exteriores levantadas e cobertura colocada. -----

3. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE, salientando-se que a respetiva instrução tem enquadramento na Portaria 113/2015. -----

3.2. - No Regulamento Municipal de urbanização e edificação (RMUE)--

O pedido apresentado tem enquadramento legal no artigo 73.ºC - Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE).Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu nº13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

3.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se que está na Classel - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria U3- Outros aglomerados. Encontra-se ainda inserido em operação de loteamento acima identificada.-----

4. ANÁLISE -----

4.1. Instrução do pedido-----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e nº16 do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

4.2. Características gerais da pretensão-----

Por leitura do processo e antecedentes acima identificados verifica-se que: -----

O presente projeto cumpre na íntegra todos os parâmetros urbanísticos constantes no alvará de loteamento acima mencionado. Refira-se que

para este lote nº 6 estava prevista a construção de edifício com 3 pisos numa área de implantação de 77m² e numa área bruta de construção de 204m². No presente pedido é mantido o nº de pisos e área de implantação verificando uma diminuição na área bruta para 202.57m².--

4.3. Análise da pretensão e no referente ao licenciamento especial de legalização -----

Por análise efetuada ao processo verifica-se que:-----

- O projeto apresentado e de acordo com o acima citado, cumpre o especificado no Alvará de loteamento nº 2/2007 relativamente à área do lote, n.º de pisos e em termos de índice, -----
 - O plano de acessibilidades, subscrito pelo técnico autor do mesmo, cumpre as normas técnicas para pessoas com mobilidade condicionada, pelo que se encontra em conformidade com o disposto no capítulo 2 do DL nº163/2006, de 8 de Agosto. -----
 - O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
 - A garagem permite garantir 1 lugar de estacionamento previstos nas alíneas a) e b) do nº3 do Artigo 12º do Regulamento do PDM.-----
 - O projeto de arquitetura está de acordo com o estipulado no nº1 e 2 do art. 20º do RJUE.-----
 - A instrução do processo segue o disposto no n.º 16 do ponto III, do Anexo I, da Portaria 113/2015, encontra-se ora anexados com todos os projetos de engenharia de especialidades inerentes à obra.-----
- Dado se tratar de uma **licença especial de legalização** o requerente apresenta uma calendarização de 12 meses.-----

5. PARECER-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída, face ao qual e nos termos do nº12 do artigo 73-C considera-se que poderá ser dispensada a realização de vistoria prévia de legalização.-----

O projeto apresentado cumpre as condições definidas no loteamento onde a pretensão se insere, Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

A instrução dos projetos de engenharia de especialidades segue o disposto no n.º 16 do ponto III, do Anexo I, da Portaria 113/2015, encontra-se ora anexados com todos os projetos de engenharia de especialidades inerentes à obra.-----

6. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Pelo exposto, nos pontos 4 e 5 propõe-se o deferimento do pedido de **licença especial de legalização** no referente à edificação de um imóvel destinado a habitação -----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do nº14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março. -----

- Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas

para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo:-----

Taxas administrativas-TA-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	75,65 €	75,65
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	12	11,85 €	142,20 €
	TOTAL			282,70 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)- Nos termos do n.º2 do artigo 23 do regulamento ora citado não são devidas as taxas de infraestruturas, se as mesmas já tiverem sido pagas aquando do licenciamento ou autorização da correspondente operação de loteamento

Taxa de infraestruturas urbanísticas	TI	0€
Taxas administrativas	TA	282,70 €
Valor global da liquidação de taxas	TI+TA	282,70 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 02.10.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, o qual deverá ser titulado pro alvará de licença especial de legalização a requerer pelo interessado.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.03. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 327/18 - PESSOA & FILHO, LDA. - LUGAR DE TERREIRO DO MONTE, OUTEIRO JUSÃO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 02.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 932/18, referente ao processo n.º 327/18 a firma Pessoa e filhos Lda solicita nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a licença especial de legalização (legalização da obra de edificação de uma habitação unifamiliar que carece ainda de obras

para a sua conclusão) no lote nº5 do loteamento sito no terreiro do monte -Outeiro Jusão com alvará nº2/2007 apresentando para o efeito o respetivo projeto de arquitetura.-----
 Por requerimento nº2041/18 apresenta os projetos de especialidades inerentes à operação urbanística.-----

2. ANTECEDENTES-----

Existe em arquivo municipal os seguintes documentos:-----
 Comunicação prévia admitida a 8.08.08, no entanto não procedeu ao pagamento das respetivas taxas donde foi declarada a caducidade do processo -----

Auto de embargo e suspensão de obras particulares lavrado a 6 de fevereiro de 2009, no qual e à data se encontrava com toda a estrutura executada, paredes exteriores levantadas e cobertura colocada. -----

3. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE, salientando-se que a respetiva instrução tem enquadramento na Portaria 113/2015. -----

3.2. - No Regulamento Municipal de urbanização e edificação (RMUE)--

O pedido apresentado tem enquadramento legal no artigo 73.ºC - Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE).Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu nº13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

3.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se que está na Classel - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria U3- Outros aglomerados. Encontra-se ainda inserido em operação de loteamento acima identificada.-----

4. ANÁLISE -----

4.1. Instrução do pedido-----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e nº16 do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

4.2. Características gerais da pretensão-----

Por leitura do processo e antecedentes acima identificados verifica-se que : -----

O presente projeto cumpre na integra todos os parâmetros urbanísticos constantes no alvará de loteamento acima mencionado. Refira-se que para este lote nº 5 estava prevista a construção de edifício com 3 pisos numa área de implantação de 77m2 e numa área bruta de construção de 204m2. No presente pedido é mantido o nº de pisos e área de implantação verificando uma diminuição na área bruta para 202.57m2.--

4.3. Analise da pretensão e no referente ao licenciamento especial de legalização -----

Por analise efetuada ao processo verifica-se que:-----

- O projeto apresentado e de acordo com o acima citado, cumpre o especificado no Alvará de loteamento nº 2/2007 relativamente à área do lote, n.º de pisos e em termos de índice, -----
- O plano de acessibilidades, subscrito pelo técnico autor do mesmo, cumpre as normas técnicas para pessoas com mobilidade condicionada, pelo que se encontra em conformidade com o disposto no capítulo 2 do DL nº163/2006, de 8 de Agosto. -----

- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- A garagem permite garantir 1 lugar de estacionamento previstos nas alíneas a) e b) do nº3 do Artigo 12º do Regulamento do PDM.-----
- O projeto de arquitetura está de acordo com o estipulado no nº1 e 2 do art. 20º do RJUE.-----
- A instrução do processo segue o disposto no n.º 16 do ponto III, do Anexo I, da Portaria 113/2015, encontra-se ora anexados com todos os projetos de engenharia de especialidades inerentes à obra.-----
Dado se tratar de uma **licença especial de legalização** o requerente apresenta uma calendarização de 12 meses.-----

5. PARECER-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----
A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída, face ao qual e nos termos do nº12 do artigo 73-C considera-se que poderá ser dispensada a realização de vistoria prévia de legalização.-----
O projeto apresentado cumpre as condições definidas no loteamento onde a pretensão se insere, Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

A instrução dos projetos de engenharia de especialidades segue o disposto no n.º 16 do ponto III, do Anexo I, da Portaria 113/2015, encontra-se ora anexados com todos os projetos de engenharia de especialidades inerentes à obra.-----

6. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Pelo exposto, no ponto 4 e 5 o deferimento do pedido de **licença especial de legalização** no referente à edificação de um imóvel destinado a habitação -----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do nº14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março -----

- Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo:-----

Taxas administrativas-TA

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			

n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia ¹ (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	75,65 €	75,65
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	12	11,85 €	142,20 €
	TOTAL			282,70 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI) - Nos termos do n.º2 do artigo 23 do regulamento ora citado não são devidas as taxas de infraestruturas, se as mesmas já tiverem sido pagas aquando do licenciamento ou autorização da correspondente operação de loteamento

Taxa de infraestruturas urbanísticas	TI	0€
Taxas administrativas	TA	282,70 €
Valor global da liquidação de taxas	TI+TA	282,70 €

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 02.10.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, o qual deverá ser titulado pro alvará de licença especial de legalização a requerer pelo interessado.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.03. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 329/18 - PESSOA & FILHO, LDA. - LUGAR DE TERREIRO DO MONTE, OUTEIRO JUSÃO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 02.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 935/18, referente ao processo n.º 329/18 a firma Pessoa e filhos Lda solicita nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a licença especial de legalização (legalização da obra de edificação de uma habitação unifamiliar que carece ainda de obras para a sua conclusão) no lote nº7 do loteamento sito no terreiro do monte -Outeiro Jusão com alvará nº2/2007 apresentando para o efeito o respetivo projeto de arquitetura.-----

Por requerimento nº2043/18 apresenta os projetos de especialidades inerentes à operação urbanística.-----

2. ANTECEDENTES-----

Existe em arquivo municipal os seguintes documentos:-----
Comunicação prévia admitida a 8.08.08, no entanto não procedeu ao pagamento das respetivas taxas donde foi declarada a caducidade do processo -----

Auto de embargo e suspensão de obras particulares lavrado a 6 de fevereiro de 2009, no qual e à data se encontrava com toda a estrutura executada, paredes exteriores levantadas e cobertura colocada. -----

3. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE, salientando-se que a respetiva instrução tem enquadramento na Portaria 113/2015. -----

3.2. - No Regulamento Municipal de urbanização e edificação (RMUE)--

O pedido apresentado tem enquadramento legal no artigo 73.ºC - Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE). Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu nº13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

3.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se que está na Classe1 - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria U3- Outros aglomerados. Encontra-se ainda inserido em operação de loteamento acima identificada.-----

4. ANÁLISE -----

4.1. Instrução do pedido-----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e nº16 do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

4.2. Características gerais da pretensão-----

Por leitura do processo e antecedentes acima identificados verifica-se que: -----

O presente projeto cumpre na integra todos os parâmetros urbanísticos constantes no alvará de loteamento acima mencionado. Refira-se que para este lote nº 7 estava prevista a construção de edifício com 3 pisos numa área de implantação de 77m2 e numa área bruta de construção de 204m2. No presente pedido é mantido o nº de pisos e área de implantação verificando uma diminuição na área bruta para 202.57m2.--

4.3. Analise da pretensão e no referente ao licenciamento especial de legalização -----

Por analise efetuada ao processo verifica-se que:-----

- O projeto apresentado e de acordo com o acima citado, cumpre o especificado no Alvará de loteamento nº 2/2007 relativamente à área do lote, n.º de pisos e em termos de índice, -----
- O plano de acessibilidades, subscrito pelo técnico autor do mesmo, cumpre as normas técnicas para pessoas com mobilidade condicionada, pelo que se encontra em conformidade com o disposto no capítulo 2 do DL nº163/2006, de 8 de Agosto. -----
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- A garagem permite garantir 1 lugar de estacionamento previstos nas alíneas a) e b) do nº3 do Artigo 12º do Regulamento do PDM.-----

• O projeto de arquitetura está de acordo com o estipulado no nº1 e 2 do art. 20º do RJUE.-----

• A instrução do processo segue o disposto no n.º 16 do ponto III, do Anexo I, da Portaria 113/2015, encontra-se ora anexados com todos os projetos de engenharia de especialidades inerentes à obra.-----
Dado se tratar de uma **licença especial de legalização** o requerente apresenta uma calendarização de 12 meses.-----

5. PARECER-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----
A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída, face ao qual e nos termos do nº12 do artigo 73-C considera-se que poderá ser dispensada a realização de vistoria prévia de legalização.-----
O projeto apresentado cumpre as condições definidas no loteamento onde a pretensão se insere, Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

A instrução dos projetos de engenharia de especialidades segue o disposto no n.º 16 do ponto III, do Anexo I, da Portaria 113/2015, encontra-se ora anexados com todos os projetos de engenharia de especialidades inerentes à obra.-----

6. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Pelo exposto, no ponto 4 e 5 o deferimento do pedido de **licença especial de legalização** no referente à edificação de um imóvel destinado a habitação -----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do nº14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março -----

• Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo:-----

Taxas administrativas-TA

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	75,65 €	75,65
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	12	11,85 €	142,20 €
	TOTAL			282,70 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)- Nos termos do n.º2 do artigo 23 do regulamento ora citado não são devidas as taxas de infraestruturas, se as mesmas já tiverem sido pagas aquando do licenciamento ou autorização da correspondente operação de loteamento

Taxa de infraestruturas urbanísticas	TI	0€
Taxas administrativas	TA	282,70 €
Valor global da liquidação de taxas	TI+TA	282,70 €

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 02.10.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, o qual deverá ser titulado pro alvará de licença especial de legalização a requerer pelo interessado.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.03. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. OBRAS DE ALTERAÇÃO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 474/18 – ANA CABELEIRA CASTELO – RUA DA FONTE FELGUEIRA, CASTELÕES, UNIÃO DE FREGUESIAS DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 11.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1284/18, referente ao processo n.º 474/18, a Sr.ª Ana Cabeleira Castelo, na qualidade de proprietária, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de alteração⁵ de uma habitação unifamiliar, com licença de construção inicial n.º 250/78 e da construção⁶ de anexo, situada na rua Fonte Felgueira – Castelões, União das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças, o prédio urbano tem a área total 377,25 m², está inscrito na matriz com o n.º 822 e omissa na Conservatória do Registo Predial, da União das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia no concelho de Chaves.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença n.º 250/78, para “construção de uma habitação unifamiliar, de r/chão e andar, com a área de 196,13 m²”.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime

⁵ «Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cêrcea;-----

⁶ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;----

Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão das Finanças;-----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local da obra;-----
- Planta de localização à escala 1:5 000;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional dos técnicos;-----
- Estimativa Orçamental;-----
- Calendarização;-----
- Quadro de áreas;-----
- Ficha de medição;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----
- Planta de localização desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos;-----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Desenho de alterações;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Fatura da luz;-----
- Fatura do telefone;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de alteração de uma habitação unifamiliar e da construção de anexo.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 33 B, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

5.1- O presente pedido diz respeito, á legalização das obras de construção, de um anexo de apoio a uma habitação unifamiliar licenciada

sob o n.º 250/78. Pretende-se ainda a legalização das obras de alteração na habitação unifamiliar, que são ao nível da compartimentação interior, vãos interiores e exteriores.-----

5.2- As alterações a legalizar na habitação unifamiliar não implicam aumento da área bruta de construção licenciada ao abrigo da licença n.º 250/78. Relativamente ao anexo a legalizar possui uma área bruta de construção de 63,57 m².-----

5.3- Para além da legalização das obras executadas sem controlo prévio é proposta uma intervenção por forma a melhorar as condições de habitabilidade, valorizando a moradia com melhorias estéticas, funcionais e do seu isolamento térmico/acústico. Esta intervenção é concretamente ao nível da cobertura. -----

5.4- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-09-20, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 79/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.5- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de obras de correção e adaptação no edifício principal, destinado a habitação unifamiliar. No que se refere ao anexo de apoio, deverá ser colocado um "tapa vistas", no terraço/varanda, contíguo ao terreno vizinho.-----

5.6- No que se refere às obras propostas, que visam, na habitação unifamiliar, que visam a substituição da cobertura existente em madeira, por laje aligeirada, mostram-se adequadas. É apresentada uma calendarização dos trabalhos adequada às obras a levar a efeito.-----

5.7- Respeita o índice de utilização estabelecido para o local, que é nestes casos de 0.80 m²/m² aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 377,25 m² x 0.80m²/m² = 301,80 m² (máxima área bruta de construção permitida). A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 259,70 m², o que implica um índice de utilização de 0,69 m²/m² < 0,80 m²/m² (índice de utilização do local).-

5.8- Face ao uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação unifamiliar, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- Não há lugar ao pagamento de taxas de infraestruturas urbanísticas.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização, desta operação urbanística correspondem ao valor de 163,80 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 163,80 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas), do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o edifício, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que as obras propostas visam conferir

à habitação unifamiliar, melhorias estéticas, funcionais, de isolamento térmico e acústico.-----

8.2- Considerando, que as obras levadas a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio e as obras propostas que visam conferir melhorias, estéticas, funcionais e isolamento térmico/acústico à edificação, cumprem as disposições previstas no artigos 18.º e na subalínea iii) da alínea a1) do n.º 2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.3- Considerando, que da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de as obras propostas para o edifício principal, se mostrarem adequadas e que a colocação do "tapa vistas" no terraço/varanda do anexo, do lado contíguo ao terreno vizinho, pode ser verificado, aquando do pedido de autorização de utilização do imóvel.-----

8.4- Considerando, que é apresentada uma calendarização de trabalhos por 6 meses e os projetos de especialidades, necessários para levar a efeito as obras pretendidas. -----

8.5- Considerando, que há obras a serem levadas a efeito, o título a emitir será o alvará de licença especial de legalização, conforme previsto no n.º 4 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º-C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:---

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção, e face as obras propostas, deverá a interessada, no prazo máximo de 90 dias, apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo o alvará de licença especial de legalização, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----

- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

À Consideração Superior.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----
Áreas (m²) - sem aumento de área bruta de construção-----

Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

- Não há alteração nas taxas de infraestruturas.-----

QUADRO I-----**Cálculo das taxas administrativas-----**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	6	11,85€ 71,10€
Art.76,n.º6	Vistoria	54,00€	54,00 €
	TOTAL		163,80 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 163,80 € -----**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 12.10.2018:-----**

Visto. Concorde. Atenta a fundamentação de facto e de direito consubstanciada na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao deferimento do pedido de legalização da operação urbanística descrita nesta peça escrita (Obras de alteração numa moradia unifamiliar levada a efeito a coberto do alvará de licença de obras n.º 250/78 e de construção de um anexo de apoio à mesma), o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização, a requerer pela empresa interessada, nos termos e para os efeitos preconizados neste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.15-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.15. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 675/18 - MARIA IRENE GOMES DOS SANTOS VINHAIS - RUA CALOUSTE GULBENKIAN, N.º 16, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 11.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1785/18, referente ao processo n.º 675/18, a Sr.ª Maria Irene Gomes dos Santos Vinhais e o Sr.º Mark dos Santos Vinhais, solicitam, aprovação de uma operação urbanística de

edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação⁷ de uma habitação unifamiliar, licenciada ao abrigo da licença de construção n.º 86/98 e da construção⁸ de anexo, localizados no lote 48, do loteamento titulado pelo Alvará n.º 05/81 e ulteriores alterações - rua Calouste Gulbenkian, n.º 16, União das freguesias de Santa Cruz7Trindade e Sanjurge no concelho de Chaves.-----

1.2- O lote de terreno tem a área total de 600,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 937 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 734/20090319, da freguesia de Santa Maria Maior, é parte integrante do alvará de loteamento 05/1981.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1 - Loteamento titulado pelo Alvará n.º 05/81.-----

2.2 - Licença inicial n.º 237/78, para "construção de uma habitação unifamiliar", de r/chão e andar, com a área de 234,00 m².-----

2.3 - Legalização das alterações à licença n.º 86/98, com aumento de área de 147,00 m², devido a construção de cave.-----

2.4 - Alvará de Licença de Utilização n.º 48/98, para habitação unifamiliar.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º- A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

- Caderneta Predial Urbana;-----

- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Planta de localização à escala1:2.000;-----

- Planta de localização à escala 1:10.000;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

-Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-

- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de carater profissional;-----

- Declaração de seguro de responsabilidade civil;-----

- Ficha de elementos estatísticos;-----

- Quadro de áreas/Ficha de medição;-----

- Estimativa orçamental;-----

- Calendarização da obra;-----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----

- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----

- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----

- Alçados à escala de 1:100;-----

- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----

⁷ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

⁸ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;----

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Desenho de alterações;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e relatório técnico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de águas pluviais e relatório técnico;-----
- Pedido de isenção de apresentação de projeto de gás;-----
- Fatura da luz-----
- Fatura do telefone;-----
- Fatura da água;-----
- Pedido de isenção de plano de acessibilidades; -----
- Termo de responsabilidade do projeto de arranjos exteriores;-----
- Termo de responsabilidade do projeto térmico e relatório técnico;--
- Termo de responsabilidade do projeto acústico e relatório técnico;-
- Projeto de estabilidade;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar de um procedimento de legalização de obras de alteração de uma habitação unifamiliar e da construção de um anexo.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- O lote de terreno é parte integrante do alvará de loteamento 5/1981, emitido em nome da Sr.ª Mara de Fátima Morais Gomes Augusto.

4.2.2- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o lote de terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) e no artigo 33.º (Anexos e construções secundárias) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O presente pedido diz respeito, á legalização das obras de alteração na habitação unifamiliar, que são ao nível da compartimentação interior, fecho de uma área de varanda existente no alçado lateral direito da habitação, vãos interiores e exteriores. --

5.2- As alterações a legalizar na habitação unifamiliar implicam um aumento da área bruta de construção licenciada ao abrigo da licença n.º 86/98 de 44,00 m². Relativamente ao anexo a legalizar e ampliar/alterar, possui uma área bruta de construção de 47,50 m².----

5.3 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-09-13, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 75/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de obras de correção e adaptação no edifício principal, destinado a habitação unifamiliar. -----

5.5- No que se refere às obras propostas, que visam, na habitação unifamiliar, o fecho de uma varanda existente no alçado lateral direito e no anexo de apoio o seu restauro e ampliação, mostram-se adequadas.-

É apresentada uma calendarização dos trabalhos adequada às obras a levar a efeito.-----

5.6- O alvará de loteamento prevê a construção de anexos, sendo o índice de construção, calculado de acordo com a planta de zonamento do Plano de Urbanização (versão de 1994). Neste sentido, estando a referida planta revogada com a publicação do Aviso n.º 5233/2018, Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018 e estando estabelecido, no referido diploma, que o índice de construção em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves é de $1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$, podemos concluir que será o índice aplicar para o lote em causa, sendo certo que, os restantes parâmetros, cêrcea e número de pisos, são os constantes do alvará de loteamento.-----

5.7- A construção principal e anexo de apoio, preconizam uma área bruta de construção de $472,50 \text{ m}^2$, o que implica um índice de construção (Ic) de $0,79 \text{ m}^2/\text{m}^2$, que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno = $472,50 \text{ m}^2/600,00 \text{ m}^2 = 0,79 \text{ m}^2/\text{m}^2$.-

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento, e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 23 do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 352,10 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 352,10 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o edifício principal e anexo de apoio, se situam em local, onde predominam esta tipologia de construções e que as obras propostas visam conferir às edificações, melhorias estéticas e funcionais, pese embora a habitação unifamiliar se encontre em razoável estado de conservação.-----

8.2- Considerando, que as obras levadas a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio e as obras propostas que visam conferir melhorias estéticas e funcionais às edificações, cumprem as especificações do alvará de loteamento 05/1981 e cumulativamente as disposições previstas no artigos 18.º e na subalínea iii) da alínea a1) do n.º 2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.3- Considerando, que da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de as obras propostas para o edifício principal e anexo, se mostrarem adequadas. -----

8.4- Considerando, que é apresentada uma calendarização de trabalhos por 6 meses e os projetos de especialidades, necessários para levar a efeito as obras pretendidas. -----

8.5- Considerando, que há obras a serem levadas a efeito, o título a emitir será o alvará de licença especial de legalização, conforme previsto no n.º 4 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º-C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:---

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção, e faceas obras propostas, deverá a interessada, no prazo máximo de 90 dias, apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo o alvará de licença especial de legalização, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----

-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N.º 314/2010-----

Áreas (m²) - com aumento de área de 91,50 m²-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subseção IV)

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por m² adicional	44,00 m² 3,20 €	140,80 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	6	11,85€ 71,11 €
n.º 11	Anexo de apoio	47,50 m² 1,00€	47,50 €
Art.76,n.º 6	Vistoria	54,00€	54,00 €

TOTAL	352,10 €
TOTAL A LIQUIDAR	Σ 352,10 €-----
À Consideração Superior.-----	
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 12.10.2018:-----	
Visto. Concorde. Atenta a fundamentação de facto e de direito consubstanciada na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao deferimento do pedido de legalização da operação urbanística descrita nesta peça escrita (Obras de alteração numa moradia unifamiliar licenciada ao abrigo do alvará de licença de obras n.º 86/98 e de construção de um anexo de apoio à mesma), o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização, a requerer pela empresa interessada, nos termos e para os efeitos preconizados neste documento.-----	
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.15-----	
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.	
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.15. -----	
À reunião de Câmara. -----	
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----	

3.15. OBRAS DE AMPLIAÇÃO EM APARTAMENTO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 36/17 - MARIA LUÍSA ALMEIDA GARCIA - RUA DO PESSEGUIRO, BLOCO C, R/C DTO., FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 08.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução -----

1.1 A requerente acima referida na qualidade de proprietária da fração A, a que corresponde o r/c Dt do Bloco C da Quinta das Heras, sito na Rua do Pessegueiro, titulado pelo Alvará de Loteamento 8/89 de 20 de março, emitido em nome de Anteros Empreitadas - Sociedade de Construções e obras Públicas, S.A., constituído por oito lotes, apresentou, através de requerimento n.º 89/17, projetos de arquitetura e especialidades, referente à legalização da ampliação da habitação sobre um terraço, criando uma "marquise" com 59,30m2; -----

1.2 Considerando que sobre a construção impende Processo n.º135/FIS/2016 da DAF- Divisão de Administração e Fiscalização -;---

1.3 O edifício - Bloco C, foi construído através das Licenças n.ºs 865/90 e aditamento n.º551/91; -----

2. Análise do pedido/ Parecer -----

2.1 A Técnica autora dos projetos refere em memória descritiva que a proprietária da referida fração, já a adquiriu na emissão da licença de utilização de acordo com o projeto de legalização agora apresentado;

2.2 Compulsadas as licenças acima referidas, nomeadamente o aditamento n.º551/91, esta construção não aparece representada; -----

2.3 Considerando que o pedido de legalização formulado, não poderá ser analisado sem que previamente seja feita uma alteração ao Alvará de

loteamento n.º 8/89, nos precisos termos do descrito no artigo 27.º, do DL 136/14 de 09/09; -----

2.4 Neste sentido, deverá a requerente previamente proceder nos precisos termos da presente informação, -----

2.5 Face ao descrito nos termos do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 09/09, propõe-se o indeferimento do pedido formulado através de requerimento n.º 89/17 de 16 de janeiro de 2017;-----

2.6 Dê-se conhecimento à **DAF** da presente informação.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 09.10.2018:-----

Visto. Atentas as razões invocadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa (ampliação de um fogo sobre um terraço num edifício de habitação colectiva, resultante da operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 8/89), com os fundamentos invocados nas alíneas 2.2 a 2.5, deste documento.-----

Neste contexto, e caso superiormente seja proferida decisão administrativa consonante com o recomendado no anterior parágrafo, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido do projecto de decisão acima pré-anunciado.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.16. PROPOSTA PARA A ALTERAÇÃO AO FUNCIONAMENTO DOS TUC DURANTE O PERÍODO EM QUE DECORRERÁ A FEIRA DOS SANTOS 2018 - INFORMAÇÃO DO CHEFE DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º ABEL PEIXOTO DATADA DE 12.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I. INTRODUÇÃO / ENQUADRAMENTO-----

Na sequência da aprovação, em reunião de câmara de 23.AGO.2018, da planta de implantação da edição de 2018 da Feira dos Santos, que decorrerá entre o dia 30.OUT.2018 e o dia 1.NOV.2018, e atendendo a que alguns dos arruamentos urbanos por onde habitualmente circulam os Transportes Urbanos de Chaves (TUC), serão encerrados ao trânsito, nestes três dias, urge aprovar uma solução viária para a circulação desta rede de transportes, com carácter provisório, para vigorar apenas durante este curto período.-----

II. CONSIDERAÇÕES DA PROPOSTA-----

Considerando que:-----

a) Os TUC não funcionam aos fins de semana e feriados;-----

- b) A feira dos Santos 2018 decorrerá entre a manhã do dia 30.OUT.2018 (terça-feira) e a noite do dia 1.NOV.2018 (quinta-feira);-----
- c) Durante estes dias, não será autorizada a circulação automóvel na Av. do Estádio, entre outros arruamentos urbanos existentes nas proximidades;-----
- d) O encerramento da Av. do Estádio ao trânsito automóvel, impede que a circulação dos autocarros da linha 2 se faça pelo seu percurso habitual;-----
- e) Apesar do trânsito automóvel na rotunda do Monumento não ser impedido, ele será fortemente condicionado, tanto pela ocupação do espaço destinado às paragens das duas linhas com os estabelecimentos de venda ambulante, como pela elevada concentração de tráfego pedonal que habitualmente se regista nestes dias;-----
- f) Tanto a linha 2 como a linha 1 têm a rotunda do Monumento, como paragem central e ponto de passagem obrigatório;-----
- g) O funcionamento dos TUC, nestes dias de feira, poderá contribuir para a redução do número de automóveis que entram e circulam na área central da cidade, garantindo assim menores limitações no normal escoamento do tráfego automóvel e no estacionamento;-----
- h) É urgente que seja tomada uma decisão sobre a matéria, para que, atempadamente, a população seja informada das alterações ao serviço TUC, vertidas na presente proposta.-----

III. PROPOSTA DE DECISÃO-----

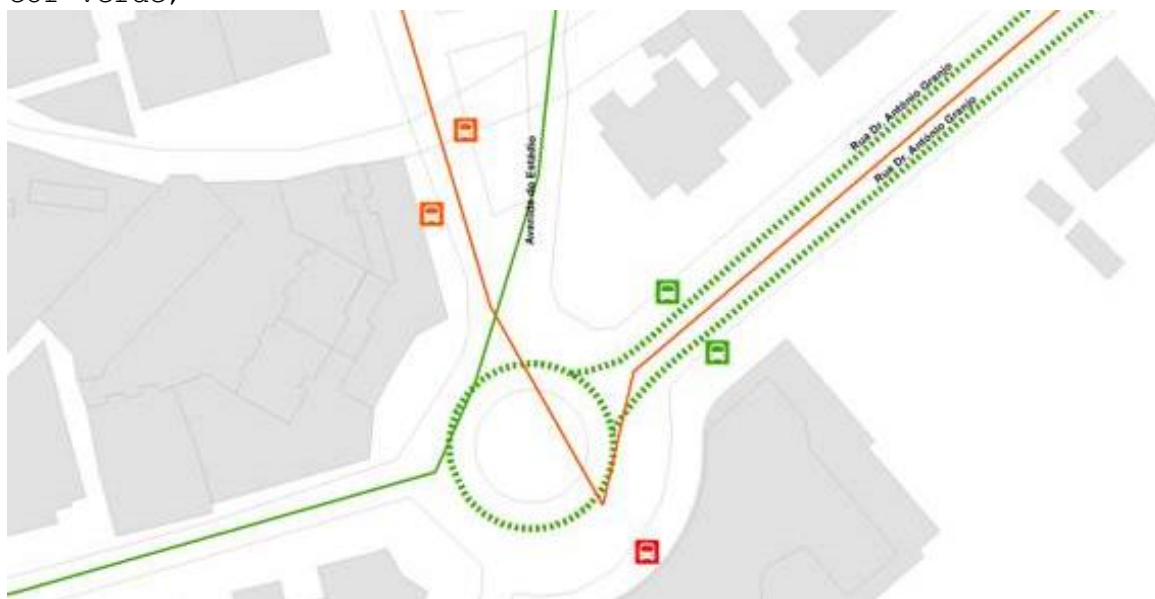
3.1. Face ao exposto, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, e de acordo com o contrato celebrado com a empresa concessionária, tomo a liberdade de sugerir que se submeta a presente proposta à consideração do Sr. Presidente, Dr. Nuno Vaz, para que, caso a mesma mereça o seu acolhimento, decida submetê-la à próxima reunião do Órgão Executivo Municipal, com vista à obtenção de uma deliberação conducente à aprovação da seguinte alteração ao funcionamento dos TUC, **a vigorar durante dias 30 e 31 de outubro do corrente ano:**-----

- a) O percurso da linha 2 (verde) na Av. Irmãos Rui e Garcia Lopes e na Av. do Estádio, será efetuado pela Av. Miguel Torga e pela Av. António Granjo;-----



- b) As paragens habituais da linha 1 (laranja) na Rotunda do Monumento, serão efetuadas no início da Av. Nuno Álvares, nos locais assinalados na imagem abaixo a cor laranja, e as habituais paragens da linha 2 (verde), também na Rotunda do Monumento, serão efetuadas

na Av. Dr. António Granjo, nos locais assinalados na imagem abaixo a cor verde;-----



3.2. Caso a presente proposta venha a merecer a homologação do Executivo Municipal, sugere-se que seja determinada a adoção dos seguintes procedimentos:-----

- a) **A divulgação, imediata**, das alterações ao funcionamento dos TUC à empresa Auto-Viação do Tâmega Lda., à ACISAT e à Secção de Chaves da Polícia de Segurança Pública, solicitando a esta última entidade a sua habitual colaboração, principalmente no que concerne à manutenção dos locais para as paragens dos autocarros devidamente desimpedidos;-
 - b) **A publicitação, imediata**, das alterações ao funcionamento dos TUC, nos órgãos de comunicação locais, no sítio institucional desta autarquia (www.chaves.pt) e no sítio dos TUC (www.tuc.pt).-----
- À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral.
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.15-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.15. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO DE EXECUÇÃO.-

Foi presente a informação nº 327/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu concurso tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Adutora Parque Empresarial Chaves - Adutora Cando - Soutelo e Reservatório de Soutelo" -----
2. De harmonia com deliberação de reunião de Câmara do dia 07/07/2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "SINOP - António Moreira dos Santos, S.A.", a execução da referida empreitada. -----
3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 30 de agosto de 2017. -----
4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 456.442,73€ (Quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois Euros e setenta e três cêntimos)), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----
 - Prazo de execução da obra: 270 dias. -----
5. O auto de consignação é de 18 de setembro de 2017. -----
6. O plano de Segurança e Saúde foi aprovado aos 3 dias do mês de outubro de 2017. -----
7. Foi concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução, de 90 dias, devido ao facto do início do ano de 2018 ter sido anormalmente chuvoso, o que não permitiu que os trabalhos se desenvolvessem com o ritmo previsto e também, devido à falta de parecer, à data, de parecer das Águas do Norte, entidade gestora do depósito ao qual é necessário ligar. -----

II - Fundamentação -----

- 1 - Tendo a autorização mencionada no ponto anterior sido concedida no início do mês de agosto, foi estudada, em conjunto, a melhor solução para o estabelecimento da referida ligação. Após esse estudo, foi feita a encomenda do material. -----
- 2 - O material em causa consiste num conjunto de acessórios de diâmetros e pressões maiores que as usuais, motivo pelo qual as empresas que os comercializam não os possuem em stock. -----
- 3 - Deste modo, a entrega só se materializou na primeira semana de outubro o que provocou um atraso significativo na conclusão da instalação e dos trabalhos que destes dependem. -----
- 4 - Paralelamente, foi efetuada a submissão do pedido para a realização do ramal elétrico, não havendo, até ao momento resposta por parte da entidade EDP. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

- 1 - Face ao exposto, propõe-se a prorrogação graciosa do prazo de execução da obra, não havendo aqui direito à revisão de preços, pelo prazo de 45 dias, prevendo-se a sua conclusão no dia 12 de novembro de 2018, já que a não concessão desta prorrogação acarretaria graves inconvenientes para o Município. -----

À consideração Superior. -----
Chaves, 12 de outubro de 2018 -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.10.12. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.15 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 8/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 8/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 49.088,50 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.15 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €49.088,50 (quarenta e nove mil e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

**VII
EXPROPRIAÇÕES**

**VIII
DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS**

**IX
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS**

**X
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS**

**XI
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - VIATURA 55-32-QI, PROPRIEDADE DE DIOGO TEIXEIRA ALVES. INFORMAÇÃO Nº 04/DGF/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

No seguimento da informação nº 84/GTF/2018, do Gabinete Técnico Florestal, datada de 24 de setembro de 2018, na qual é responsabilizado o Município pelos danos causados na viatura 55-32-QI, propriedade de Diogo Teixeira Alves, provocados pela projeção de pedra, quando a equipa de sapadores florestais do Município, procedia ao serviço de limpeza da envolvente à Unidade Hospital de Chaves. -----

Feitas as diligências necessárias pelo Gabinete responsável, foram considerados prejuízos no valor de 126,46€ (cento e vinte e seis euros e quarenta e seis cêntimos). -----

Como o sinistro não se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia aplicada, 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo 250€ (duzentos e cinquenta euros). -----

Assim, o Município deverá liquidar diretamente ao lesado o valor de 126,46€ (cento e vinte e seis euros e quarenta e seis cêntimos). ----

Mais se informa, que a referida despesa dá cumprimento à LCPA, através do cabimento nº 1995/2018 e do compromisso nº 2585/2018. -----

Chaves, 09 de outubro de 2018-----

A assistente técnica -----

(Em anexo respetivo processo) -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.09-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.09 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. ANÁLISE DO 1º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "CONSTRUÇÃO DE PISCINAS E EQUIPAMENTO DE APOIO" CLASSIFICADO COMO PIM" - REQUERENTE: ANTÓNIO & LILIANA RODRIGUES, LDA., MORADA: AV. FARIA MORAIS N.º 1, 5425-315 VIDAGO - INFORMAÇÃO Nº91/DSC/2018, DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 09.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

ENQUADRAMENTO DA INFORMAÇÃO -----

1. A requerente acima referida, na qualidade de promotora do projeto de investimento "Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio" classificado como Projeto de Interesse Municipal (PIM), veio, através de correio eletrónico datado de 06/07/2018, apresentar informação semestral relativa à execução do referido projeto de investimento em conformidade com o disposto na alínea c) da Cláusula 5.ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais (CCBTM), outorgado em 10/10/2017. -----

2. Após receção dos elementos instrutórios que se encontravam em falta, a referida informação semestral foi objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF - PIM) ocorrida no dia 10/09/2018. -----

3. Com esta informação pretende-se: -----
 (i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o 1º relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de interesse municipal, o qual se anexa; -----
 (ii) Propor que seja acolhida a proposta de deliberação que o mesmo relatório preconiza. -----

II - PROPOSTA -----

Na qualidade de gestor do processo cumpre-me propor ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente a seguinte proposta: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a ser adotada deliberação, nos termos preconizados no Relatório produzido pela CTAAF-PIM, que segue em anexo; -----

b) Caso haja deliberação nos termos preconizados, para cumprimento do estabelecido no artigo 12º (Monitorização das condições de celebração e execução do contrato) do RPIM, recomenda-se que a presente informação, o relatório elaborado pela CTAAF-PIM, bem como a deliberação de Câmara referida na alínea anterior sejam submetidos a apreciação da Assembleia Municipal, na próxima sessão daquele órgão deliberativo, dando-se cumprimento ao estabelecido no nº 3 do artigo 13º do mencionado RPIM. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral Chaves, 9 de outubro de 2018 -----

O Chefe de Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----
 Em Anexo: 1º Relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de investimento "Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio" e respetivos anexos. -----

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL -----

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL -----

N.º 1 1º SEMESTRE / out2017-abr2018 -----

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO -----

1.1 Elementos de Identificação -----

Promotor: António & Liliana Rodrigues, Lda. -----

NIF/NIPC 514 077 255 -----

Designação: Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio -----

Localização : Bairro da Sainça - Oura (Chaves) -----

1.2 Contratualização dos Benefícios Tributários Municipais -----

1.2.1 Data do Contrato: 10-10-2017 -----

1.2.2 Data da Adenda: 27-12-2017 -----

1.2.3 Objetivo e Metas Contratualizadas -----

1.2.3.1 Objetivo: Implementação de um empreendimento turístico, na área da restauração e equipamento de lazer, composto por piscina e equipamento de apoio. -----

1.2.3.2 Metas -----

a) Montante de Investimento: € 712.513,45 -----

b) N.º de Postos de Trabalho: 21 -----

c) Prazo para a Implantação do Projeto: 24 meses -----

2. MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO -----

2.1 Data de Entrega do Relatório Semestral de Execução do Projeto de Investimento -----

N.º Relatório	Previsto	Verificado	Período em Avaliação	Período Acumulado de Implantação
1º	30/04/2018	06/07/2018	10/10/2017 a 09/04/2018	6 meses/ 0,5 anos

Data de Emissão de Alerta de Entrega de Relatório: 07-03-2018 -----
 Data de Emissão da Notificação do Promotor: 14-06-2018 -----

- 2.2 Instrução Processual -----

Correta: -----

Incorreta: **X** -----

2.2.1 Requerimento tipo devidamente preenchido: Não -----

2.2.2 Relatório Semestral de Execução: Sim -----

2.2.3 Comprovativos da criação de postos de trabalho: Não -----

2.2.4 Comprovativos de despesa: Não -----

2.2.5 Comprovativo do grau de execução de obra, em % face à totalidade do projeto, traduzido em termo assinado pelo técnico responsável pela execução da obra: N.A. -----

2.2.6 Comprovativos da situação regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social: Não -----

Elementos Instrutórios em falta / complementares solicitados: -----

Data do Pedido: De 09-07-2018 a 31-08-2018 -----

Data de Receção: 31-07-2018 a 03-09-2018 -----

Docs Entregues no prazo de 10 dias: **X** -----

OBSERVAÇÕES: Foram detetadas falhas na instrução do processo e incongruência dos dados remetidos tendo-se convidado a entidade requerente a suprimir tais insuficiências e a prestar os devidos esclarecimentos, situação colmatada a 03/09/2018.-----

No momento presente, o pedido encontra-se corretamente instruído, podendo, portanto, a Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal proceder à sua análise. -----

2.3 Verificação do Conteúdo do Relatório Semestral de Execução -----

2.3.1 Apresenta a Descrição Geral das Atividades do Projeto: SIM ----

2.3.2 Apresenta a Descrição das Atividades Realizadas no Semestre: SIM

2.3.3 Apresenta os Desvios em Relação ao Programado no Semestre e Respetiva Justificação: N.A. -----

2.3.4 Apresenta a Execução Física e Financeira do Projeto: SIM -----

2.3.5 Apresenta os Comprovativos de Despesa Semestral Realizada:SIM
 (1) -----

2.3.6 Apresenta a Listagem do Pessoal Contratado no Semestre: SIM ---

2.3.7 Apresenta os Comprovativos do Pessoal Contratado no Semestre:SIM

2.3.8 Apresenta Proposta de Correção dos Desvios Identificados: N.A.-

OBSERVAÇÕES: -----

(1) - Informação **complementada e aferida** com os dados constantes no processo de candidatura. -----

2.4 Verificação do Cumprimento das Metas Contratualizadas -----

2.4.1 Investimento a Realizar -----

ANO	SEMESTR E	1. Previsto	2. Executado	3. Validado	4. Taxa de Execução	5. Situação Atual
2016/2017	1º	712 513,45 €	577 080,10 €	286 456,30 €	40,20	Incumprimento de meta
	2º					
2018	1º	0,00 €	9 600,00 €	9 600,00 €	1,35	Incumprimento de meta
TOTAL		712 513,45 €	586 680,10 €	296 056,30 €	41,55	Incumprimento de meta

2.4.1.1 Pré-análise no âmbito do montante do investimento: -----

Atendendo ao definido na deliberação de Reunião de Câmara de 04/08/2017 sob a Inf./Proposta n.º 13/DGF/2017, a CTAAP-PIM apenas irá validar como investimento executado aquele que ocorreu em momento posterior ao da data de entrada nos serviços municipais da candidatura, uma vez que a mesma obteve a classificação PIM.-----

Neste contexto, apenas se valida e considera como despesa contabilizável o montante de 296.056,30€, valor muito inferior ao efetivamente já assumido pela entidade promotora (586.680,10€).-----

A entidade promotora executou 41,55% da meta contratualizada (712.513,45€) indiciando um eventual desvio ao cumprimento da Meta para o período definido para execução do investimento, pelo que só no próximo relatório será possível aferir tal situação.-----

2.4.2 Número de Postos de Trabalho a Criar -----

ANO	SEMESTRE	1. Previsto	2. Executado	3. Taxa de Execução	4. Situação Atual
2016/2017	1º	1	5,00	500,00	Superação de meta
	2º				
2018	1º /2º	6	-2,00		---
TOTAL		7	3,00	42,86	---

2.4.2.1 Pré-análise no âmbito do número de postos de trabalho a criar:-

Analisada a informação apresentada neste âmbito ("Extratos da Declaração de Remunerações registados na Segurança Social" (DRI's) referentes ao período compreendido entre junho 2017 e abril de 2018 e três dos cinco contratos de trabalho celebrados no período em análise (segundo indicações da TOC da firma, dois foram objeto de extravio), bem como o estudo de viabilidade económico-financeiro apresentado na candidatura, constatou-se o seguinte:-----

1º - Dois dos contratos de trabalho celebrados são a termo, com término respetivamente em dezembro de 2017 e junho de 2018.-----

2º - Oscilação mensal do número de trabalhadores, entre um mínimo de 1 e um máximo de 4, sendo que para o período de out-2017 a abr-2018, encontravam-se afetos à empresa uma média de 3 trabalhadores;-----

3º - No ano de 2018, estava prevista a contratação de 3 unidades de trabalho, em equivalente de tempo integral (1 a tempo inteiro e 6 sazonais), valor que carecerá de aferição no próximo relatório semestral de execução.-----

Atendendo aos valores apresentados no quadro 2.4.2 confirma-se que no 1º semestre de execução do projeto, e fruto da sazonalidade da atividade, a empresa criou, em média, de 3 postos de trabalho, representando uma taxa de execução total de 42,86%.-----

O cumprimento da meta será avaliado aquando da entrega do 2º relatório semestral.-----

2.4.3 Tempo de Implantação do Projeto (Calendarização) -----

	1. Previsto	2. Executado	3. Desvio em meses	4. Situação Atual
Data de Início	01-09-2016 ⁽¹⁾	04-03-2016 ⁽²⁾	- 6 meses	início anterior ao previsto
Data de Conclusão	30-05-2018 ⁽¹⁾	Em execução	---	Dentro do prazo
Duração em meses	24	Em execução	---	Dentro do prazo (Cumprimento de meta)

2.4.3.1 Pré-análise no âmbito do tempo de implantação do projeto ----

⁽¹⁾ - Correspondem às datas de início e conclusão constantes do processo de candidatura. Estas datas diferem das que constam no relatório apresentado (01/03/2017 e 28/02/2022), todavia, no dia 06/09/2018, a Dr.ª Carlota Santos, Técnica Oficial de Contas da entidade promotora, vinda a processo a pedido da relatora da CTAAF-PIM, confirmou o lapso registado no preenchimento do referido relatório. -----

⁽²⁾ - Data referente ao pagamento de taxas municipais urbanísticas e cujo comprovativo consta do processo. Esta data difere da que consta no relatório apresentado, correspondente ao dia de compra do terreno (19/08/2018). A CTAAF-PIM validou a data constante do processo por ser uma data anterior à apresentada no relatório. -----

3. PARECER -----

Atendendo ao relatório semestral de execução do projeto de investimento apresentado e respetivos documentos anexos, para o período em análise (de 10/10/2017 a 9/04/2018) constata-se que a entidade promotora se encontra a executar o projeto de investimento, nos termos inicialmente previstos, indiciando, contudo, previsível desvio às metas contratualizadas em termos de montante de investimento e postos de trabalho a criar, a ser aferido em próximo relatório. --- Face ao exposto, cumpre informar que o referido relatório foi aprovado nos moldes constantes nos pontos anteriores. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Submeter a apreciação dos órgãos executivo e deliberativo municipais, com vista à aprovação do presente relatório de acompanhamento semestral da execução do projeto de investimento "Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio" classificado como PIM, em conformidade com o definido no n.º 3 do art.º 13º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal. -----
Chaves, 27 de setembro de 2018 -----

As Técnicas Superiores: -----

Amélia Melo, Eng^a; -----

Cláudia Ferreira, Eng^a; -----

Cristiana Morais, Dr.^a; -----

Cristina Rodrigues, Dr.^a; -----

Conceição Rei, Eng^a. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.12 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.3. PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES. INTEGRAÇÃO DO LOTE A6, NA LISTA DOS LOTES DESTINADOS A SEREM ALIENADOS, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL DA MEDIDA DE INCENTIVO À FIXAÇÃO DE EMPRESAS NO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 44/GNE/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1 - Enquadramento -----

1. No passado dia 15 de janeiro do corrente ano, no Cartório Privativo Municipal, a folhas nº32, do Livro de Notas para Escrituras Diversas nº84, foi outorgado entre este Município e a sociedade comercial por quotas "E&A UNIPessoal LDA.", NIPC 508529950, com sede no Parque de Atividades, Lote B3, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, um contrato de compra e venda - escritura pública - tendo por objeto, a aquisição do direito de propriedade do prédio urbano - Lote A6 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves -, inscrito na respetiva matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o Artigo 3093 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o 364/20070131. -----

2. Através do requerimento com o registo 2018, DCG, E,G, 6670 20-07-2018, veio a sociedade adquirente supra identificada requerer a revogação da escritura de compra e venda do aludido Lote A6, do

Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, invocando as seguintes razões: -----

- A sociedade E&A Portugal integra o grupo empresarial Sistemas Delfim, SL, com sede em Ourense, Espanha; -----
- A candidatura da empresa à aquisição do Lote A6 visava o aumento da capacidade produtiva da mesma; -----
- Posteriormente à aquisição do Lote A6, a estratégia de desenvolvimento do grupo passou a assentar na sua expansão para Portugal e, nessa justa medida, decidiu a respetiva administração candidatar-se à aquisição do Lote 3 do Loteamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega, em vista à instalação de uma unidade industrial, nos moldes contantes da respetiva candidatura, tendo-lhe o mesmo sido, já, adjudicado; -----
- Terem prevista a criação de uma nova sociedade a integrar o Grupo Sistemas Delfim, a fim de concretizar o investimento a realizar no Lote 3, da Plataforma Logística, e por razões de natureza logística e administrativa, a aquisição, pelo Grupo, dos dois lotes industriais e a concretização das respetivas construções, dificulta o projeto de expansão empresarial, a concretizar em Chaves, sendo certo que o Lote A3 possui as condições necessárias para a concentração das duas empresas do Grupo, não se justificando a manutenção da aquisição do Lote A6 do Parque de Atividades de Chaves. -----

3. Sob a Informação/Proposta N° 35/GNE/2018, o executivo camarário deliberou autorizar o distrato do aludido contrato de compra e venda, extinguindo os seus efeitos, no sentido do Lote A6 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, regressar à esfera patrimonial privada deste Município, mediante a restituição à sociedade compradora - E&A Portugal Unipessoal, Lda. -, do preço pago, no montante de € 3 503,43.

2 - Justificação -----

1. O distrato, do contrato de compra e venda em causa, veio a ser formalizado por escritura outorgada no pretérito dia 5 de setembro do corrente ano, no Cartório Privativo Municipal, a folhas nº66, do Livro de Notas para Escrituras Diversas nº84, tendo, em consequência, o aludido Lote A6, do Parque de Atividades de Chaves, regressado à esfera patrimonial privada do Município, encontrando-se inscrito a seu favor pela apresentação 559 de 2018/09/10, conforme consta da certidão predial do referido Lote A6, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 3364/20070131-freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 23093.

2. Tendo os órgãos municipais deliberado, em 8 de fevereiro - Câmara - e em 28 de fevereiro - Assembleia - nos termos da Proposta N° 06/GAP/2018, manter o incentivo à fixação de empresas no Parque Empresarial de Chaves - Parque de Atividades e Plataforma Logística - , durante o presente mandato autárquico, e enquanto houver lotes disponíveis, o Lote A6, em causa, na esteira da estratégia apontada na Informação/Proposta N° 35/GNE/2018, supra referida, pode, agora, integrar a lista de lotes disponíveis do procedimento concursal, em causa, passando a integrar o quadro sinóptico constante do nº 8, da aludida Proposta N° 6/GAP/2018, com sujeição às regras e/ou normas de alienação, aí, previstas, nomeadamente o preço da venda a €1,00 o metro quadrado, totalizando o valor de alienação de €3 503,43. -----

3 - Proposta -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e para efeitos do disposto no Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, conjugada com o Regulamento de Alienação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves e deliberações municipais sob

a Proposta N° 6/GAP/2018, supra citadas, de tomo a liberdade de sugerir que seja superiormente adotada a seguinte estratégia procedimental: -
a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião do executivo camarário, em vista a ser aditado ao quadro sinótico dos Lotes do Parque de Atividades de Chaves, disponíveis para alienação, constante do n° 8 da Proposta N° 6/GAP/2018, e do Aviso publicitado no jornal A Voz de Chaves, 20, de 16/03/2018, o aludido Lote A6, nos seguintes termos: -----

DESIGNAÇÃO DO LOTE	ÁREA (m²)		ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO (%)	VALOR ALIENAÇÃO	VALOR LOCAÇÃO/ANO
	LOTE	IMPLANTAÇÃO			
A6	3.503,43	1.500	42.8	€3.503,43	€420,41

b) Consequentemente, em caso de decisão administrativa favorável deverá ser promovida a publicitação da inclusão do retro identificado Lote A6, no procedimento concursal, de tipo contínuo, para alienação/locação dos Lotes do Parque Empresarial de Chaves, nos precisos termos da publicitação inicial; -----

c) No caso de decisão favorável, dever-se-á remeter a presente proposta à unidade orgânica responsável pela condução do procedimento, no caso a Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, para ulterior operacionalização. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 12 de outubro de 2018. -----

A Técnica Superior, -----

Cristina Rodrigues -----

Em anexo: -----

Certidão Permanente - código de acesso GP-1716-27350-170321-003364, do Lote A6 do parque de Atividades de Chaves. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.12 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.4. CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA A PROVA DE CAMPEONATO NACIONAL DE SUPERMOTO - 2018. INFORMAÇÃO N.º 13/AERÓDROMO MUNICIPAL/2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

O Clube Motard de Chaves, através de correio electrónico, datado de 27 de setembro de 2018, vem apresentar o termo de responsabilidade/declaração, subscrito pelo Presidente do Clube, Filipe Carvalhal, a fim de ser autorizada a ocupação do Aeródromo Municipal, no dia 21 de outubro, para a realização de uma prova do campeonato Nacional de Supermoto. -----

O Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco Melo reencaminhou-me o e-mail no sentido de ser elaborado uma "proposta de decisão sobre a autorização" da realização da prova, tendo como "referência o ocorrido anteriormente." -----

Cumpre informar: -----

Elaborei uma informação no dia 17 de setembro de 2018, sobre o pedido formulado pelo Clube Motard de Chaves para a realização da prova do

Campeonato Nacional de Supermoto, onde expunha as condições necessárias para que o evento pudesse ser realizado no Aeródromo Municipal. -----

Com a apresentação da declaração cumpre um dos elementos necessários de acordo com o artigo 4º do Regulamento Municipal de utilização do aeródromo. -----

Os elementos em falta são os seguintes: -----

a) Planta topográfica referenciando a área propriamente dita da prova, assim como do público; -----

b) Número de participantes das atividades, bem como, a estimativa do número de pessoas na assistência. -----

Relativamente à forma como decorreu a única prova a que eu assisti, no ano de 2017, tenho a dizer que não houve problemas relativamente à pista pois a comissão responsável pela prova retirou todos os materiais no fim da prova. -----

Relativamente aos trabalhos de movimento de terras, a direção solicitou ao Município a regularização da plataforma (faixas laterais) tendo sido os serviços da Divisão dos Recursos Operacionais a executar esses trabalhos. -----

Conforme foi referenciado na anterior informação, se for entendimento do Município a autorização da utilização do Aeródromo Municipal para a realização da prova do Campeonato Nacional de Supermoto, é necessário pedir a emissão de um NOTAM, aviso à navegação, à NAV Portugal, EPE, com quinze dias uteis de antecedência (o pedido deve ser enviado no dia 28 de setembro de 2018). -----

À consideração do administrador responsável. -----

28 de setembro de 2018 -----

O Diretor do Aeródromo. -----

Artur Lopes Baltazar -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.08 -----

Visto. À reunião de Câmara para apreciação e deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - VIATURA 72-SJ-39, PROPRIEDADE DE JORGE FAUSTINO GRAÇA DE SOUSA. INFORMAÇÃO Nº 06/DGF/SA/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

No seguimento da informação nº 99/GTF/2018, do Gabinete Técnico Florestal, datada de 12 de outubro de 2018, na qual é responsabilizado o Município pelos danos causados na viatura 72-SJ-39, propriedade de Jorge Faustino Graça de Sousa, provocados pela projeção de pedra, quando a equipa de sapadores florestais do Município, procedia ao serviço de limpeza na Avenida D. João I, em Chaves. -----

Feitas as diligências necessárias pelo Gabinete responsável, foram considerados prejuízos no valor de 110,84€ (cento e dez euros e oitenta e quatro cêntimos). -----

Como o sinistro não se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia aplicada, 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo 250€ (duzentos e cinquenta euros). -----

Assim, o Município deverá liquidar diretamente ao lesado o valor de 110,84€ (cento e dez euros e oitenta e quatro cêntimos). -----
 Mais se informa, que a referida despesa dá cumprimento à LCPA, através do cabimento nº 2053/2018 e do compromisso nº 2636/2018. -----
 Chaves, 15 de outubro de 2018 -----

A assistente técnica -----
 (Em anexo respetivo processo) -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.15-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.15 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.6. RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA - MUSEU ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO MACNA REALIZADA A 22 E 23 DE MAIO. INFORMAÇÃO Nº 05/GAQCPC/2018. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento -----

a) Considerando que foi solicitado, pelo Sr. Vice-presidente do Município de Chaves, Dr. Francisco Melo, em reunião havida a 23 de abril de 2018, a necessidade de se realizar uma Auditoria aos procedimentos básicos de Gestão do Museu Nadir Afonso por forma a monitorizar e medir os procedimentos do referido Museu; -----

b) Considerando que foi aprovado, superiormente, um plano de Auditoria, de acordo com a Informação 4/2018 deste Gabinete, onde estavam definidas as linhas orientativas para realização da Auditoria Interna, bem como a data para seu início; -----

c) Considerando que teve início, no dia 22 de maio de 2018 a realização da auditoria, tendo a equipa auditora estado 2 dias no MACNA em reunião com a Chefia e alguns funcionários do MACNA a fim de verificar os pontos constantes no plano de Auditoria e sua forma de execução; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões atrás enunciadas, o Gabinete de Auditoria, Qualidade e Prevenção da Corrupção vem apresentar o Relatório de Auditoria realizada no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, bem como propostas de melhoria/ações corretivas resultantes deste relatório, para aprovação superior e posterior implementação. -
 Chaves, 31 de julho de 2018 -----

Os Técnicos Superiores -----

Margarida Pizarro -----

Artur Baltazar -----

Em Anexo: Relatório de Auditoria Interna ao Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso - MACNA -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.07-----

Tomei bom conhecimento do presente relatório de auditoria. -----

Para os devidos efeitos, o presente documento deverá ser levado ao conhecimento do Vice-presidente da Câmara, Dr. Francisco Chaves de Melo. -----

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.09.07. -----

Ao Senhor Presidente para análise e decisão. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.03 -----

Ao DCG para efeitos de ponderação de proposta quanto às recomendações formuladas. -----

À Reunião de Câmara para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre o relatório, em apreciação, apresentado os seguintes comentários adicionais: -----

1 - Este documento constitui o primeiro relatório, diga-se, algo incipiente, sobre o funcionamento do "MACNA", tanto mais que a Autarquia não dispõe de um sector especializado, responsável pela realização deste tipo de auditorias. -----

2 - Do conteúdo do relatório, são evidenciados os custos significativos que a autarquia vem suportando com o funcionamento do "MACNA". -----

3 - Há alguns custos relevantes que ainda não estão imputados, nomeadamente, os custos relacionados com a construção dos muros exteriores, reformulação do projeto de arquitetura do edifício e a aquisição de alguns equipamentos. -----

4 - Por outro lado, há mesmo despesas relacionadas com o Museu que estão, erradamente, misturadas com algumas despesas Municipais. -----

5 - Há, ainda, algumas dificuldades para determinar os custos globais da empreitada. -----

6 - Os aspetos administrativos e de gestão evidenciados, ao longo do relatório, apontam para algumas dificuldades que só poderão ser ultrapassadas com tempo e esforço, sendo necessário o reforço da formação dos recursos humanos afetos ao Museu. -----

7 - Por último, num futuro próximo, deverá ser melhor esclarecida a forma de relacionamento institucional, entre a Autarquia e a Fundação. -----

8 - De facto, o Município tem todas as obrigações e a Fundação não tem nenhuma obrigação, para além da disponibilização das respetivas obras. -----

9 - Este desequilíbrio estrutural, na distribuição mais equilibrada das obrigações, constitui um problema para a gestão do Museu cuja a solução não é muito fácil. -----

10 - O relatório, em apreciação, evidencia isso mesmo, ou seja, um volume de despesa significativo suportado pela Autarquia e a necessidade de normalização de vários procedimentos relacionados com o funcionamento do Museu. -----

11 - Na presente data, o Departamento de Coordenação Geral já encetou as necessárias diligências, em vista ao cumprimento das recomendações apontadas, sobre a matéria, no relatório de auditoria. -----

XII DIVERSOS

1. CANDIDATURA N.º NORTE-06-3928-FEDER-000005 - "PISTA DE PESCA DO RIO TÂMEGA" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº89/DSC/2018, DA ENGª. CLÁUDIA FERREIRA, DE 08.10.2018.-
Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----
- 1.1. A presente informação visa: -----
- 1.1.1. Levar ao conhecimento do executivo municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe pela Comissão Diretiva do NORTE 2020 em 13/09/2018, nos termos do parecer global que se anexa;-
- 1.1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); -----
2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----
- 2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-28-2018-04 - "*Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE - Projetos Âncora*", o Município de Chaves apresentou, em 16 de julho de 2018, uma candidatura designada "*Pista de Pesca do Rio Tâmega*". -----
- 2.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura por a mesma mereceu decisão favorável de parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a qual obteve 4,3 pontos, aprovação nos termos constantes do Parecer Global que segue em anexo.-----
- 2.3. A referida aprovação foi comunicada pela CCDR-N ao Município de Chaves através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 14 de setembro de 2018. -----
- 2.4. Com a citada comunicação, foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara. -----
3. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO -----
- 3.1. A operação "*Pista de Pesca do Rio Tâmega*" visa a ampliação da atual pista de pesca de Chaves através da criação de novas estruturas de apoio (pesqueiros), inseridas na paisagem ribeirinha do rio Tâmega, de forma a promover a observação, usufruto e a prática de várias atividades lúdicas/desportivas associadas a este recurso natural, apresentando como objetivos genéricos: -----
- a) Capacitar o concelho de Chaves e a região do Alto Tâmega para a organização de eventos de pesca desportiva de âmbito -----
nacional/internacional; -----
- b) Aumentar o turismo de lazer no concelho e na região; -----
- c) Promover o concelho e a região ao nível nacional e internacional;
- d) Aumentar a venda anual de camas e promover o comércio local. --
- 3.2. A operação em causa contempla uma única ação que se desdobra na aquisição de serviços que consubstanciam a elaboração do projeto de execução necessário à materialização da pista de pesca no rio Tâmega e nos respetivos trabalhos de construção civil relacionados com a execução da referida obra. -----
- 3.3. Com esta intervenção, que se articula com as demais do EEC PROVERE "AQUANATUR", será possível contribuir para a valorização dos recursos endógenos do concelho, em razão de a pesca desportiva a realizar no âmbito nacional e internacional atrair ao concelho inúmeros atletas (pescadores) e familiares, os quais nos dias das provas e antecedentes (prática de treinos) irão pernoitar no Concelho, dinamizando a hotelaria, restauração, artesanato, e comércio de produtos regionais.
- 3.4. A concretização desta operação corresponde a um investimento de 130.053,60€, considerado pela Autoridade de Gestão na totalidade como investimento elegível, com uma taxa de cofinanciamento de 84,96%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão de 110.500,00€ e um financiamento público nacional, a cargo do Município de Chaves, de 19.553,60€ -----
- 3.5. Analisado o conteúdo constante no Parecer Global e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que a candidatura foi aprovada, com

um ajustamento do investimento elegível em razão de a Autoridade de Gestão ter considerado todas as despesas propostas como elegíveis, de acordo com o ponto 8.3.1. do Aviso n.º NORTE-26-2018-04. Nestes termos, o valor inicialmente proposto na candidatura referente a investimento elegível não participado (53,60€), foi adicionado ao investimento elegível, totalizando um montante de 130.053,60€, o que alterou a taxa de comparticipação de 85,00% para 84,96%. -----

3.6. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e apresentados resumidamente no quadro infra. -----

	INVESTIMENTO CANDIDATADO	INVESTIMENTO APROVADO	VARIAÇÃO ENTRE VALORES CANDIDATADOS E VALORES APROVADOS
Investimento Total	130.053,60€	130.053,60€	0,00 €
Investimento Elegível	130.000,00€	130.053,60€	+ 53,60€
Investimento Elegível não comparticipado	53,60 €	0,00 €	- 53,60€
Investimento Não Elegível	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuição FEDER/FC Total	110.500,00€	110.500,00€	0,00 €
Autarquia Local	19.553,60€	19.553,60€	0,00 €
Taxa de Comparticipação	85,00%	84,96%	- 0,04%

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando a relevância desta intervenção para a geração de externalidades positivas no âmbito da melhoria e competitividade territorial através da valorização deste recurso endógeno e das atividades a este associado; -----

4.2. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do Termo de Aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;-

4.3. Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca, caso não seja submetido ou assinado o Termo de Aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da notificação da decisão (neste caso, será até ao dia 29 de outubro de 2018), salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão; -----

4.4. Face ao exposto, propõe-se ao Senhor Presidente, caso concorde com as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), que exare despacho de submeter a presente informação/proposta e o referido documento anexo à próxima reunião do Executivo Municipal, para haver deliberação no seguinte sentido: -----

(i) Concordar com o teor do Termo de Aceitação; -----

(ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação. -----

4.5. Após a outorga do referido Termo, o mesmo deverá ser remetido para a CCDD-N. -----

À consideração Superior, -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 10.10.2018 ----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o

assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

(i) Aprovar o Termo de Aceitação da *Candidatura N.º NORTE-06-3928-FEDER-000005 - "Pista de Pesca do Rio Tâmega"*; -----

(ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação; -----

Posteriormente deverá o Termo de Aceitação ser enviado para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.12 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

De seguida, usou da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo, em nome do Partido Social Democrata, manifestado a sua satisfação, pela aprovação destas duas candidaturas, sendo as mesmas de verdadeiro interesse público para o desenvolvimento do Concelho. -----

2. CANDIDATURA N.º NORTE-06-3928-FEDER-000004 - "FONTES TERMAIS DE CHAVES E SEGIREI" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº90/DSC/2018, DA ENG^a. CLÁUDIA FERREIRA, DE 09.10.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. A presente informação visa: -----

1.1.1. Levar ao conhecimento do executivo municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe pela Comissão Diretiva do NORTE 2020 em 13/09/2018, nos termos do parecer global que se anexa;-

1.1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-28-2018-04 - "*Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE - Projetos Âncora*", o Município de Chaves apresentou, em 16 de julho de 2018, uma candidatura designada "*Fontes Termais de Chaves e Segirei*". -----

2.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a qual obteve 4,3 pontos, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação nos termos constantes do Parecer Global que segue em anexo. -----

2.3. A referida aprovação foi comunicada pela CCDR-N ao Município de Chaves através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 14 de setembro de 2018. -----

2.4. Com a citada comunicação, foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

3. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO -----

3.1. A operação "Fontes Termas de Chaves e Segirei", que consubstancia intervenções nas Fontes Termas de Chaves e Segirei, localizadas respetivamente nas freguesias de Santa Maria Maior e São Vicente, tem em vista a promoção do potencial turístico e económico para a região das águas minerais termas através da respetiva valorização e incremento da atratividade a estes dois pontos de destaque. -----

3.2. Com esta intervenção, que se articula com as demais do EEC PROVERE "AQUANATUR", será possível contribuir para a valorização dos recursos endógenos do concelho e consequentemente promover uma dinâmica turístico-económica fundamental ao desenvolvimento local.-----

3.3. A concretização desta operação corresponde a um investimento de 144.173,48€, considerado pela Autoridade de Gestão na totalidade como investimento elegível, com uma taxa de cofinanciamento de 76,64%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão de 110.500,00€ e um financiamento público nacional, a cargo do Município de Chaves, de 33.673,48€.-----

3.4. Analisado o conteúdo constante no Parecer Global e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que a candidatura foi aprovada, com um ajustamento do investimento elegível em razão de a Autoridade de Gestão ter considerado todas as despesas propostas como elegíveis, de acordo com o ponto 8.3.1. do Aviso n.º NORTE-26-2018-04. Nestes termos, o valor inicialmente proposto na candidatura referente a investimento elegível não participado (14.173,48€), foi adicionado ao investimento elegível, totalizando um montante de 144.173,48€, o que alterou a taxa de comparticipação de 85,00% para 76,64%. ----- Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e apresentados resumidamente no quadro infra. -----

3.5.

	INVESTIMENTO CANDIDATADO	INVESTIMENTO APROVADO	VARIAÇÃO ENTRE VALORES CANDIDATADOS E VALORES APROVADOS
Investimento Total	144.173,48€	144.173,48€	0,00 €
Investimento Elegível	130.000,00€	144.173,48€	+ 14.173,48€
Investimento Elegível não comparticipado	14.173,48 €	0,00 €	- 14.173,48€
Investimento Não Elegível	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuição FEDER/FC Total	110.500,00€	110.500,00€	0,00 €
Autarquia Local	33.673,48€	33.673,48€	0,00 €
Taxa de Comparticipação	85,00%	76,64%	- 8,36%

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando a relevância desta intervenção para o crescimento económico, para a melhoria da qualidade de vida e para a atratividade do território em causa, através da valorização destes recursos endógenos; -----

4.2. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do Termo de Aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;-

4.3. Considerando que, nos termos do nº 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca, caso não seja submetido ou assinado o Termo de

Aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da notificação da decisão (neste caso, será até ao dia 29 de outubro de 2018), salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão; -----

4.4. Face ao exposto, propõe-se ao Senhor Presidente, caso concorde com as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), que exare despacho de submeter a presente informação/proposta e o referido documento anexo à próxima reunião do Executivo Municipal, para haver deliberação no seguinte sentido: -----

(i) Concordar com o teor do Termo de Aceitação; -----

(ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação. -----

4.5. Após a outorga do referido Termo, o mesmo deverá ser remetido para a CCCR-N. -----

À consideração Superior, -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 10.10.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

(iii) Aprovar o Termo de Aceitação da *Candidatura N.º NORTE-06-3928-FEDER-000004 - "Fontes Termas de Chaves e Segirei"*; -----

(iv) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação; -----

Posteriormente deverá o Termo de Aceitação ser enviado para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.12 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos termos do disposto do n.º. 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Usou da palavra a Senhora Maria de Fátima Ribeiro, tendo abordado a questão relacionada com a organização da Feira dos Santos, criticando o facto da Feira do Gado ter sido deslocalizada para uma zona periférica da cidade, no caso, para o Mercado do Gado. -----

A feira do Gado deveria ser instalada, junto ao Forte de São Neutel, tendo a mesma, também, uma dimensão pedagógica junto das crianças, juntando o "útil ao agradável". -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
